

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCO SHIPPING**

**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 037/2022
Data: 17/03/2022**



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
CAMINHÕES VOLTAM A CONGESTIONAR O TRÂNSITO NA CÔNEGO DOMÊNICO RANGONI.....	4
ANTAQ PRORROGA CONSULTA PÚBLICA SOBRE DESESTATIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS POR UMA SEMANA	4
DEPUTADOS DA BAIXADA SANTISTA DEFENDEM DEBATE SOBRE O FRETE MARÍTIMO NO PORTO	5
GOV – MINISTÉRIO DA ECONOMIA - DF	7
EXECUTIVO ENVIA AO CONGRESSO PROPOSTA DE SUPLEMENTAÇÃO DE R\$ 868,5 MILHÕES PARA O PLANO SAFRA.....	7
PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA LDO CONTEMPLA REDUÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE DIESEL	7
BE NEWS – BRASIL EXPORT	8
EDITORIAL - SEGURANÇA ALIMENTAR EM JOGO	8
HUB - CURTAS	9
MOEGÃO I	9
MOEGÃO II.....	9
MOEGÃO III	9
REFORMA TRIBUTÁRIA.....	9
RELATÓRIO DA MP DO VOO SIMPLES DEVE SAIR EM 30 DIAS.....	9
AEROPORTO DE CONFINIS VAI EXPANDIR TERMINAL DE CARGAS	10
ACESSOS AO PORTO DE SANTOS ENFRENTAM CONGESTIONAMENTO	11
UTILIZAÇÃO DE SUPER RODOTRENS NO AGRONEGÓCIO É REGULAMENTADA	12
AGRONEGÓCIO - TEREZA CRISTINA PEDE QUE SANÇÕES NÃO AFETEM FERTILIZANTES	14
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....	15
PORTOS DO PARANÁ CAPACITA EMPREGADOS CONTRA ATAQUES CIBERNÉTICOS.....	15
EVERGREEN PREVÊ REPETIR LUCRO RECORDE DE 2021	16
PORTO DO AÇU ANUNCIA NOVO PÁTIO DE ARMAZENAGEM EM PARCERIA COM O GRUPO MINAS GUSA	17
CERCA DE 2,4 MIL EMPRESAS NO BRASIL DEPENDEM DE FORNECEDORES DE RÚSSIA E UCRÂNIA	17
SALTO DAS COMMODITIES PODE GERAR US\$ 53 BILHÕES EM EXPORTAÇÕES	18
PORTO DE ITAJAÍ RECEBE DEPOIS DE DOIS ANOS NAVIO ROLL ON ROLL OFF	20
NAVAL PORTO ESTALEIRO	22
LEILÃO DE TERMINAIS DE CONTÊINERES NO PORTO DE SANTOS PODE CAUSAR CONFLITOS QUANTO À PARTICIPAÇÃO DAS GIGANTES NA MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS MAERSK E MSC	22
ISTOÉ - DINHEIRO	23
CORREIOS FECHAM 2021 COM LUCRO RECORRENTE RECORDE DE R\$ 3,7 BILHÕES.....	23
GOVERNO DO RJ ARREMATÁ ÁREA DO ESTALEIRO QUE JÁ FOI UM DOS MAIORES DO PAÍS.....	23
MONEYTIMES.....	24
CONTA DE COMPENSAÇÃO PARA COMBUSTÍVEIS NÃO SERÁ VOTADA DO DIA PARA A NOITE, MAS ESTÁ SOB DISCUSSÃO, DIZ LIRA	24
JORNAL O GLOBO – RJ.....	25
MUDANÇA NO ICMS DE COMBUSTÍVEL É INCONSTITUCIONAL, DIZEM ANALISTAS.....	25
PRESIDENTE DA CÂMARA CRITICA PETROBRAS, E PEDE QUE ESTATAL REDUZA PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS	27
ESTALEIRO CANECO É ARREMATADO EM LEILÃO POR R\$ 96 MILHÕES E SERÁ TRANSFORMADO EM POLO PESQUEIRO E INDUSTRIAL	28
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	29
ACORDO COM CANADÁ PREVÊ AUMENTO DE IMPORTAÇÃO DE FERTILIZANTES EM 400 MIL TONELADAS	29
BOLSONARO DIZ QUE PETROBRAS ‘COM TODA CERTEZA’ VAI REDUZIR PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS	30
GOVERNO BOLSONARO QUER PRODUZIR ALGA EXÓTICA NO MAR DO NORDESTE PARA SUBSTITUIR POTÁSSIO	32
PIS/PASEP: GOVERNO INCLUI 1,6 MILHÃO DE TRABALHADORES PARA RECEBER ABONO	34
VALOR ECONÔMICO (SP).....	34
VAMOS ZERAR O PIS COFINS DO DIESEL NA 2ª FASE, DIZ SACHSIDA	34
INDÚSTRIA CRITICA POSSÍVEL CORTE DE TAXA DE FRETE SOBRE FERTILIZANTE IMPORTADO	35
RÚSSIA E UCRÂNIA MINIMIZAM AVANÇOS NAS NEGOCIAÇÕES PARA ENCERRAR GUERRA	36
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	37
HAPAG-LLOYD SE UNE AO CENTRO DE DESCARBONIZAÇÃO MARÍTIMA, INVESTINDO US\$ 10 MILHÕES	37



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 037/2022
Página 3 de 45
Data: 17/03/2022
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

DESIGN DE CATALIZADOR PARA REDUZIR ESCAPE DE METANO EM NAVIO A GNL RECEBE AIP DA CLASSNK.....	38
EVERGREEN ENCOMENDA MAIS TRÊS NAVIOS DE 24 MIL TEUS.....	38
NAVIOS COM GRANDES CARGAS DE AÇÚCAR SEGUEM DO BRASIL PARA A RÚSSIA	39
LOG-IN ADQUIRE A TECMAR	39
ANP CONSOLIDA NORMAS SOBRE CERTIFICAÇÃO EM CONTEÚDO LOCAL	40
APM TERMINALS ITAJAÍ RETOMA OPERAÇÃO DE NAVIOS RO-RO.....	40
PORTO DO AÇU ANUNCIA NOVO PÁTIO DE ARMAZENAGEM EM PARCERIA COM O GRUPO MINAS GUSA	41
ENTIDADES EMPRESARIAIS DO PARÁ PETICIONAM JUNTO AO STF PARTICIPAÇÃO NAS DECISÕES SOBRE A RETOMADA DA FERROGRÃO	42
STOLTHAVEN SANTOS E COMPLEXO DO PECÉM SE UNEM PARA DESENVOLVER HUB DE EXPORTAÇÃO DE HIDROGÊNIO VERDE	44
MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA	44
MERCO SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS	44

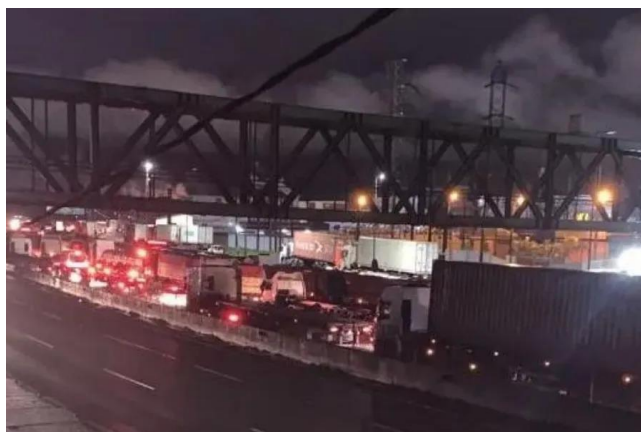


A TRIBUNA DIGITAL (SP)

CAMINHÕES VOLTAM A CONGESTIONAR O TRÂNSITO NA CÔNEGO DOMÊNICO RANGONI

Após travarem a estrada na manhã desta quarta (16), veículos pesados formavam fila de mais de dois quilômetros à noite

Por: ATribuna.com.br



No início da noite, a fila de caminhões já tinha mais de dois quilômetros Foto: Luciana Moledas/TV Tribuna

A Rodovia Cônego Domênico Rangoni voltou a registrar um grande congestionamento de caminhões na noite desta quarta-feira (16). Pela manhã, centenas de veículos pesados travaram a estrada entre os KMs 262 e 271, sentido Guarujá, gerando reflexos na região, até mesmo na travessia de balsas. No começo da noite, a fila de caminhões já tinha mais de dois quilômetros de extensão.

Os problemas registrados pela manhã mobilizaram uma reunião no período da tarde entre a Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp), a Ecovias, administradora do trecho, os responsáveis pela logística portuária e representantes do Programa de Gestão Integrada (PGI) na Baixada Santista.

No encontro foram discutidas várias ações para a otimização do tráfego no Sistema Anchieta-Imigrantes, que passarão a ser adotadas em conjunto a partir desta quinta-feira (17).

Segundo a Artesp, foi identificado um problema no agendamento e na expedição de caminhões nos pátios reguladores. A falha manteve os veículos aguardando a regularização do sistema do lado de fora do local, causando o congestionamento. A partir disso, foram definidas medidas que possibilitem manter o fluxo de veículos na região.

Os pátios reguladores deverão melhorar a recepção aos caminhoneiros, com abertura de mais portões, trabalho para não permitir filas externas em vias municipais e rodovias, além de agilizar a liberação dos veículos para os terminais portuários.

Já a Autoridade Portuária e os terminais deverão agilizar a convocação dos caminhões que se encontram nos pátios reguladores. À Polícia Militar Rodoviária, caberá intensificar a fiscalização de veículos comerciais que estacionam em locais não permitidos, principalmente em acostamentos da rodovia, mantendo a fluidez do tráfego e a segurança viária.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 17/03/2022

ANTAQ PRORROGA CONSULTA PÚBLICA SOBRE DESESTATIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS POR UMA SEMANA

Após pedido de associações do setor portuário, decisão saiu no Diário Oficial da União

Por: Ágata Luz



O prazo para contribuições ao processo de desestatização da Santos Port Authority (SPA), empresa responsável pela gestão do Porto de Santos, foi prorrogado por uma semana. A previsão era de que a consulta pública fosse encerrada nesta quarta-feira (16), mas a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) estendeu o período até 23 de março.

Antaq estendeu o período de consulta pública do processo de desestatização da SPA até 23 de março Foto: Carlos Nogueira/AT

A decisão foi publicada no Diário Oficial da União (DOU), atendendo parcialmente a um pedido de entidades do setor portuário realizado durante a segunda audiência pública sobre o tema, na última segunda-feira (14). Na ocasião, a Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP) pediu que a consulta pública fosse prorrogada por 30 dias.

“Nós pedimos 30 dias, a área técnica da Antaq avaliou que 20 dias seriam suficientes, mas a diretoria (da agência) achou que sete dias daria e quem determina o prazo são eles. Vamos ver o que a gente consegue fazer nesse tempo”, explicou o diretor-presidente da ABTP, Jesualdo Silva.

Ele enfatiza que, apesar da associação considerar que o mais adequado seria a prorrogação por um mês, os esforços continuarão para a ABTP contribuir com tudo que achar necessário. “Não pararemos as nossas contribuições por aí. Para tudo aquilo que a gente achar que é necessário, buscaremos diálogo para estar contribuindo”.

De acordo com Silva, o objetivo é apontar todas as falhas do modelo antes que o processo de concessão da SPA à iniciativa privada seja colocado em licitação. “O que a gente busca é um modelo que, de fato, venha a atender o que nós queremos e o que o Governo quer: uma administração e um setor portuário eficientes”.

O diretor-executivo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra), Angelino Caputo, também diz que o tempo deveria ter sido maior. “É bem-vinda a prorrogação por sete dias, mas se pudesse ter sido um pouco mais, o setor privado agradeceria, pois a gente refinaria um pouco mais as sugestões. Mas vamos nos esforçar para colocar tudo no papel nesse prazo”.

Apesar disso, Caputo enfatiza que o fato do processo envolvendo o complexo portuário ser discutido desde o início da desestatização da Companhia de Docas do Espírito Santo (Codesa) - em debate desde 2021 e com edital publicado em janeiro deste ano - ajuda um pouco. “Porque muitos conceitos são iguais, mas o Porto de Santos tem particularidades. É o maior, então todo cuidado é pouco”.

A consulta pública estará disponível até as 23h59 do próximo dia 23 e a população pode participar enviando sugestões e pontos a serem esclarecidos por meio do site da Antaq, no link Participação Social.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 17/03/2022

DEPUTADOS DA BAIXADA SANTISTA DEFENDEM DEBATE SOBRE O FRETE MARÍTIMO NO PORTO

Parlamentares que representam a região são favoráveis à redução de custos no setor portuário
Por: Fernanda Balbino e Ágata Luz



Conter a alta dos alimentos e da inflação, impulsionada pela disparada dos preços de combustíveis, é o objetivo dos deputados federais que representam a Baixada Santista. Eles avaliarão, nos próximos dias, um corte no Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM). Procurados, os três parlamentares pretendem debater a questão para a busca do melhor entendimento sobre o tema.

Tributo incide sobre o frete, que é a remuneração do transporte aquaviário da carga de qualquer natureza descarregada em

porto brasileiro Foto: Arquivo/AT

O tributo incide sobre o frete, que é a remuneração do transporte aquaviário da carga de qualquer natureza descarregada em portos brasileiros. Uma parcela de 25% do frete é cobrada na navegação de longo curso (realizada entre portos brasileiros e estrangeiros, sejam marítimos, fluviais ou lacustres).

Outros 10%, na navegação de cabotagem (realizada entre portos brasileiros, utilizando a via marítima ou interiores), e 40% na navegação fluvial e lacustre (que ocorre nas vias interiores, no transporte de grãos líquidos das regiões Norte e Nordeste). A redução na tributação é ensaiada em duas frentes. E a expectativa é de que o tema seja debatido nesta semana no Congresso.

Em uma das frentes, o Governo estuda editar um decreto para baixar em cerca de 30% as alíquotas do encargo, ato que pode ser publicado nas próximas duas semanas.

Na segunda, está uma articulação para reverter um veto do presidente Jair Bolsonaro (PL), que barrou o corte nas alíquotas aprovado dentro do projeto de incentivo à cabotagem, o BR do Mar.

Derrubada do veto

Para o deputado federal Junior Bozzella (União Brasil), a saída é a derrubada do veto. Porém, ainda não há como garantir que o tema será apreciado nesta semana.

“O meu voto será pela derrubada do veto do presidente. O corte da tarifa na margem dos 8% possibilitaria uma redução significativa dos custos de todas as operações, especialmente da importação, o que sem dúvida seria extremamente favorável à nossa economia”.

O parlamentar aponta, ainda, um estrangulamento do transporte. “A alta desenfreada da gasolina e do diesel tem escancarado a crise do setor. O corte no AFRMM vai baixar o frete marítimo e apontar um caminho para o País, pois a alta dos combustíveis tem gerado uma reação inflacionária em cadeia, que vai desde o aumento da cesta básica até insumos hospitalares”.

Redução de custos

Já a deputada Rosana Valle (PSB) aponta que é a favor da redução de qualquer custo que afete o preço do alimento consumido pelos brasileiros.

“Estamos vivendo uma guerra, temos que evitar que seus reflexos castiguem os mais pobres. Há duas opções possíveis para reduzir o frete do transporte marítimo. Temos que estudar a mais viável, que produza logo os efeitos desejados, ou seja, que contenha a alta dos alimentos e da condução. Por isso, vamos debater o assunto logo no Congresso e buscar o melhor caminho”.



Minimizando impactos

O parlamentar Marcelo Squassoni (Republicanos) diz ser favorável à redução do frete marítimo e de todos os tributos que minimizem os impactos resultantes do “desajuste econômico, aprofundado pela invasão russa à Ucrânia”.

“Eu já votei a favor da incidência única do ICMS sobre os preços dos combustíveis, já manifestei posição favorável ao projeto que visa zerar o PIS/Confins sobre o óleo diesel e, agora, no caso do AFRMM, a minha conduta também será favorável ao corte. O momento exige sacrifícios, e o povo não pode arcar com tudo isso sozinho”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 17/03/2022



Governo Federal

Ministério da Economia

GOV – MINISTÉRIO DA ECONOMIA - DF

EXECUTIVO ENVIA AO CONGRESSO PROPOSTA DE SUPLEMENTAÇÃO DE R\$ 868,5 MILHÕES PARA O PLANO SAFRA

Aporte desses recursos deverá possibilitar a continuidade das operações de crédito rural oficiais para esta safra

Foi enviada nesta quarta-feira (16/3) ao Congresso Nacional proposta de crédito suplementar para ampliar em R\$ 868,5 milhões o orçamento destinado às subvenções econômicas do Plano Safra. Após a aprovação legislativa, o aporte desses recursos deverá possibilitar a continuidade das operações de crédito rural oficiais para esta safra.

A Secretaria de Orçamento Federal identificou a necessidade da proposta, pois os valores atualmente apresentados pela Lei Orçamentária de 2022 para o Plano Safra consideram parâmetros econômicos do ano passado. Dessa forma, segundo a Exposição de Motivos enviada pelo Ministério da Economia à Presidência da República, “essa alteração deve-se à demanda de recomposição em decorrência das atualizações observadas nas projeções dos parâmetros macroeconômicos, com impacto nas despesas com equalização de taxas de juros (atreladas ao IPCA, TLP, TJLP, SELIC, RDP)”.

A proposta de crédito suplementar foi formalizada por meio de uma mensagem modificativa ao PLN nº 1/2022, que já estava em tramitação no Congresso desde fevereiro, e aborda originalmente também um crédito, mas que tem uma finalidade distinta: a reposição de despesas de pessoal.

O recurso a ser destinado ao Plano Safra corresponde a um superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2021. As alterações decorrentes da proposta de modificação não afetam a obtenção da meta de resultado primário, pois suas fontes de financiamento integram as receitas previstas na LOA-2022 e consideradas no cálculo da meta.

Fonte: GOV – Ministério da Economia - DF

Data: 17/03/2022

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA LDO CONTEMPLA REDUÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE DIESEL

Alteração proposta pelo Ministério da Economia e encaminhada ao Congresso Nacional visa criar condições para alternativas ao aumento do preço de combustíveis

O poder Executivo enviou ao Congresso Nacional nesta quarta-feira (16/3) um projeto de lei para alteração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2022. Entre as mudanças propostas está a



de facilitar a redução dos tributos incidentes sobre a comercialização do diesel, gás de cozinha e gás natural.

A alteração abre uma exceção aos requisitos para realização da redução de receita referente a tributos sobre esses produtos. Dessa forma, a perspectiva é que a LDO passe a oferecer condições para a avaliação e aprovação de medidas atualmente em discussão no Congresso Nacional, de modo a suavizar a alta de preços desses produtos, decorrentes do cenário internacional.

Outra alteração visa possibilitar que o governo adote medidas permanentes para equalizar as alíquotas do imposto sobre a renda incidentes sobre os rendimentos de determinados instrumentos de renda fixa quando auferidos por beneficiário residente ou domiciliado no exterior. O objetivo é ampliar o acesso de empresas brasileiras a capital estrangeiro.

Além disso, o Projeto de Lei também tem a finalidade de adequar a LDO a outras situações definidas posteriormente à publicação da lei, como as novas regras para pagamento de Precatórios, entre outros assuntos.

Fonte: GOV – Ministério da Economia - DF
Data: 17/03/2022



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL - SEGURANÇA ALIMENTAR EM JOGO

A ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, tem se destacado na luta para reduzir os impactos, no Brasil e em sua economia, da guerra na Ucrânia. Seu foco principal tem sido garantir o abastecimento de fertilizantes para o agronegócio, uma vez que as sanções adotadas contra a Rússia inviabilizam a venda e a entrega desses produtos por Moscou.

Ontem, Tereza Cristina abriu mais uma frente de batalha. Agora, na agência da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), onde defendeu que os fertilizantes sejam considerados itens essenciais e, assim, sua comercialização seja blindada dos efeitos das sanções impostas pelos países do Ocidente contra a Rússia.

Segundo dados do setor, o agronegócio importa 85% dos fertilizantes que consome. E 24% vinham da Rússia, que fornecia 96% dos produtos potássicos. Potência agrícola, o Brasil é o quarto consumidor global de fertilizantes e é o maior importador do planeta. Em 2021, as importações brasileiras de fertilizantes foram superiores a 41 milhões de toneladas, somando US\$ 14 bilhões. Essas informações mostram a urgência das ações da ministra e, também, a importância de seus esforços.

Ainda não se sabe se o pleito de excluir os fertilizantes das sanções irá prosperar. A argumentação apresentada é clara: impedir o comércio desses produtos coloca em risco a segurança alimentar global e inflaciona os preços do setor, gerando impacto em todo o planeta. Mas não se pode esquecer que os países que adotaram as sanções implantaram essa medida sabendo que ela afetaria, por exemplo, seu fornecimento de combustíveis.

Nesse esforço de guerra, o Brasil acerta por tentar levar a luta às mais variadas frentes. Mais do que um dos pilares da economia nacional, a agricultura brasileira é estratégica para a segurança alimentar global. E isso deve ser levado em consideração.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 17/03/2022

HUB - CURTAS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

MOEGÃO I

Desenvolvido para ampliar a eficiência logística do Porto de Paranaguá (PR), o projeto do Cais Leste, mais conhecido como Moegão, será implantado nos próximos meses, destacou o governador Carlos Massa Ratinho Júnior, durante sua participação na abertura da 26ª edição da Intermodal South America, na terça-feira passada, na cidade de São Paulo. “Nos próximos meses vamos tirar do papel o novo Moegão e teremos um Corredor de Exportação modernizado. As perspectivas são ainda melhores”, disse.

MOEGÃO II

Com um investimento de R\$ 500 milhões, o Moegão é considerado o “maior projeto de infraestrutura do Paraná, que além de melhorar a mobilidade em Paranaguá, aumentará a capacidade de carga do porto, com a ampliação significativa de carga e descarga de trens”, disse Ratinho Júnior. O empreendimento prevê a adequação dos acessos aos terminais, com mudanças nas faixas internas do porto e o posicionamento de balanças e moegas (equipamento utilizado para a descarga de grãos sólidos de caminhões ou vagões). Toda a descarga ferroviária será centralizada em uma moega específica.

MOEGÃO III

Como consequência da obra, as três linhas ferroviárias que atendem o Cais Leste de Paranaguá - e que poderão transportar 2 mil toneladas de grãos e farelos por hora - serão interligadas aos 11 terminais locais. Assim, a quantidade diária de vagões que descarregam suas cargas na região será ampliada dos atuais 550 para 900.

REFORMA TRIBUTÁRIA

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado adiou, ontem, a análise da proposta de Emenda à Constituição (PEC) 110/2019, que trata da reforma tributária. O adiamento se deu a pedido dos senadores, porém, a tendência é que a votação aconteça na próxima semana. A matéria simplifica os tributos que incidem sobre consumo e produção, ao criar o modelo dual do Imposto de Valor Agregado (IVA).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 17/03/2022

RELATÓRIO DA MP DO VOO SIMPLES DEVE SAIR EM 30 DIAS

Medida provisória busca ampliar a eficiência do setor aeroviário e reduzir sua burocracia

Por TALES SILVEIRA tales@portalbenews.com.br



86 EMENDAS JÁ FORAM RECEBIDAS PELO RELATOR DA MP DO VOO SIMPLES

“Já conversamos sobre as emendas e temos mantido contato direto com a Anac, Ministério da Infraestrutura e todos os atores do setor, como associações de pilotos, aeroportos, o sindicato dos aeronautas, etc. Espero, nos próximos 30 dias, disponibilizar o material no plenário”

**DEPUTADO FEDERAL GENERAL
PETERNELLI (SP)**
relator da MP 1.089

Parecer do relator da MP 1.089, que deve ser apresentado na Câmara no próximo mês, está sendo elaborado em parceria com representantes do setor, o Ministério da Infraestrutura e a Agência Nacional de Aviação Civil



O vice-líder do União, deputado federal General Peternelli (SP), informou que o relatório da Medida Provisória (MP) 1.089, conhecida como MP do Voo Simples, deverá ser apresentado em meados de abril. De acordo com o parlamentar, que é relator da matéria na Câmara, o parecer vem sendo construído em parceria com o Ministério da Infraestrutura, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e agentes do setor.

“Nós já estamos trabalhando no projeto. Já conversamos sobre as emendas e temos mantido contato direto com a Anac, Ministério da Infraestrutura e todos os atores do setor, como associações de pilotos, aeroportos, o sindicato dos aeronautas, etc. Espero, nos próximos 30 dias, disponibilizar o material no plenário”, disse.

Peternelli afirmou ainda que vem conversando com os partidos para adequar o texto, que busca ampliar a eficiência do setor e reduzir sua burocracia. Até o momento, o parecer já recebeu 86 propostas de emendas. Segundo o parlamentar, a ideia é trazer um parecer acordado para que o relatório seja prontamente aprovado e enviado logo ao Senado. “Agora estamos adequando o texto junto aos partidos de tal forma que, quando ele for a Plenário, já vá amadurecido e possa seguir ao Senado”, falou.

A MP do Voo Simples objetiva desburocratizar o setor de aviação. De acordo com o governo, a ideia é modernizar a regulação, aumentar a eficiência na prestação de serviços e fomentar o desenvolvimento da aviação civil brasileira. Ao todo, serão 121 dispositivos revistos ou revogados pela proposta.

As principais mudanças trazidas pela medida tratam da revisão de toda a tabela e valores da Taxa de Fiscalização da Aviação Civil (TFAC), reduzindo de 342 para 25 fatos geradores. Esses fatores são compostos por índices de complexidade, barateando os serviços considerados mais simples e criando valores mais justos aos mais complexos.

O texto também altera o Registro Aeronáutico Brasileiro (RAB), para simplificar exigências de cadastro de aeronaves consideradas menos complexas. Para isso, revoga dispositivos procedimentais para obtenção do registro, além de unir alguns requisitos para facilitar a compreensão das exigências legais e normativas.

Além disso, a medida simplifica a Lei 7.565/1986, que trata do Código Brasileiro de Aviação (CBA), buscando dar uma maior autonomia para a Anac regular o setor.

TRAMITAÇÃO

A Medida Provisória 1.089 foi publicada pelo Governo no fim do ano passado. De acordo com a Constituição Federal, o prazo de vigência de uma MP é de 60 dias, prorrogável uma vez por igual período. Se ela não for aprovada no prazo de 45 dias, contados da sua publicação, tranca a pauta de votações da Casa legislativa em que se encontrar (Câmara ou Senado) até que seja votada ou perca a validade.

A MP do Voo Simples foi publicada em 30 de dezembro. Mas seu prazo de tramitação começou a valer a partir do fim do recesso parlamentar. Isso fez com que a medida passasse a ter sua vigência a partir do dia 02 de fevereiro. O prazo de 60 dias acaba, portanto, em 4 de abril, podendo ser prorrogável até o dia 1º de junho.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 17/03/2022

AEROPORTO DE CONFINS VAI EXPANDIR TERMINAL DE CARGAS

Projeto de ampliação da instalação custará cerca de R\$ 30 milhões. Projeto foi apresentado durante a 26ª edição da Intermodal South America

Por BÁRBARA FARIAS barbara@portalbenews.com.br



Rota internacional de cargas Belo Horizonte-Miami já movimentou mais de R\$ 620 milhões em mercadorias importadas

O Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, em Confins (MG), vai investir cerca de R\$ 30 milhões na ampliação do seu terminal de cargas ainda neste ano. O anúncio foi feito durante a 26ª edição da Intermodal South America, maior feira internacional de Logística, Transporte de Carga e Comércio Exterior da América Latina, na última terça-feira, dia 15. O evento acontece no São Paulo Expo, na cidade de São Paulo, e termina hoje.

“Recentemente, a área de Soluções Logísticas Integradas do aeroporto passou por uma importante reestruturação, que a transformou no Hub Logístico Multimodal. A mudança visa garantir um reposicionamento do aeroporto no mercado, como impor tanto centro para recebimento de todos os tipos de carga. Isso vai refletir em maior celeridade e qualidade dos negócios e em um nível de qualificação técnica ideal para fomentar novos negócios e parcerias estratégicas”, ressalta Marcelo Farias, gestor do Hub Logístico Multimodal da BH Airport, a concessionária do aeroporto.

O objetivo, segundo Farias, é fortalecer o aeroporto, reconhecido tecnicamente, em âmbito nacional e internacional, como centro de soluções logísticas multimodal. “Nesse sentido, a operação do aeroporto industrial, a construção de parcerias estratégicas e de soluções customizadas e inovadoras vão fazer toda a diferença. Os produtos e serviços lançados nos últimos dois anos, que contemplam operações em todos os modais, são pontos fortes na estratégia de reconhecimento do nosso Hub Logístico Multimodal”, ressalta.

O aeroporto tem uma rota cargueira regular internacional. Parceria com a Bringer Air Cargo, a operação liga o Aeroporto de Miami, nos Estados Unidos, ao Aeroporto Internacional de Belo Horizonte. Com frequência semanal, o voo já atraiu mais de R\$ 620 milhões em mercadorias importadas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 17/03/2022

TERMINAL DE CARGAS

ÁREA TOTAL
12 mil m²

ARMAZÉM DE CARGA PERIGOSA
300 m²

CÂMARAS REFRIGERADAS
CAPACIDADE TOTAL DE
3.350 m³
COM SETUP PERSONALIZADO
DE -20°C A 25°C, E QUALIFICAÇÃO
TÉRMICA

11
POSIÇÕES DE PÁTIO PARA
ESTACIONAMENTO DE
AERONAVES CARGUEIRAS

CAPACIDADE TOTAL DO
TERMINAL DE CARGAS
70 mil t/ano

ACESSOS AO PORTO DE SANTOS ENFRENTAM CONGESTIONAMENTO

Segundo a Santos Port Authority, escoamento de carregamentos de soja tem sobrecarregado as estradas da região

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br

Um longo congestionamento de caminhões se formou nas rodovias Cônego Domênico Rangoni, em Cubatão (SP), sentido Guarujá (SP), e Anchieta, sentido litoral, do km 36 ao km 40, na manhã de ontem. As duas vias servem de acesso à região do Porto de Santos (SP). O problema foi causado pelo excesso de caminhões que se dirigiam ao complexo marítimo para operar durante o período de safra.



A Santos Port Authority (SPA, a Autoridade Portuária de Santos) explicou que o represamento da soja, por conta da colheita tardia, deve aumentar o número de veículos em direção aos pátios da região nos próximos dias. Mas o fato não causará reflexos no Porto de Santos porque os terminais têm planejamento e a quantidade de caminhões exata que deve atender diariamente.

De fato, não foi registrada nenhuma anormalidade no trânsito de veículos rodoviários na área interna do Porto Organizado ontem. O problema se concentrou em seus acessos.

Além das rodovias, o centro de Cubatão e a travessia por balsas entre Santos e Guarujá sentiram o impacto do trânsito carregado pela manhã. A Prefeitura de Cubatão informou que vai marcar uma reunião com as indústrias do polo do município para tentar resolver a situação.

Na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, o congestionamento só se dissipou por volta das 15h. Já na Anchieta, o cenário ainda era complicado no fim do dia, às 17 horas. De acordo com a concessionária Ecovias, no final da tarde, o trânsito seguia carregado do km 37 ao km 40, sentido litoral.

Desde o último dia 15, a Polícia Rodoviária tenta manter a fluidez em frente aos pátios reguladores que atendem ao Porto de Santos, evitando que os caminhões travem as entradas e piores o congestionamento. Na terça-feira, por exemplo, foi preciso bloquear a descida de caminhões. E, segundo a corporação, a possibilidade de um novo bloqueio não está descartada.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 17/03/2022

UTILIZAÇÃO DE SUPER RODOTRENS NO AGRONEGÓCIO É REGULAMENTADA

Portaria que estabelece o tipo de combinação de veículo de carga com 11 eixos e capacidade de carga de 91 toneladas, além de semirreboques de 4 eixos, foi assinada pelo ministro Tarcísio Gomes de Freitas nesta semana

Por BÁRBARA FARIAS barbara@portalbenews.com.br



568,4 milhões de toneladas
FOI A PRODUÇÃO TOTAL DA SAFRA DE CANA-DE-AÇÚCAR
2021/22, SEGUNDO LEVANTAMENTO DA CONAB

Transporte de cana-de-açúcar é feito, em grande parte, por estradas rurais, sem asfalto

O setor sucroenergético poderá contar com um veículo mais moderno e eficiente para o transporte de cana-de-açúcar na safra 2022/2023, os chamados super rodotrens. Portaria permitindo a circulação desses

caminhões de 11 eixos e capacidade de carga até 91 toneladas, com semirreboques com 4 eixos, foi assinada pelo ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, na última segunda-feira, em solenidade na sede da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Única), na cidade de São Paulo. A regulação atende à reivindicação das próprias indústrias canaveiras.

A portaria do Ministério da Infraestrutura, publicada por meio da Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran), regulamenta duas resoluções aprovadas pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran) no ano passado. São elas a de nº 872, que libera a circulação do super rodotrem, e a de nº 882, que estabelece os limites de pesos e dimensões para veículos que transitem por vias terrestre. Para elas entrarem em vigor, faltava exatamente a edição de uma portaria da Senatran estabelecendo o tipo de combinação de veículo de carga com 11 eixos e capacidade de carga de 91 toneladas.

“O Contran aprovou e a Senatran agora detalha uma especificação sobre o uso desse reboque para os veículos que transportam cana-de-açúcar e os de granéis. Isso vai proporcionar maior eficiência no transporte da lavoura para a indústria, sem deixar de lado qualquer questão técnica de segurança”, disse o ministro. E destacou: “A portaria vai atender um setor tão importante para nós, que é sucroenergético, uma indústria que vai ser importante para a eletrificação da frota, com as baterias que vão tirar hidrogênio do etanol”.

O presidente da Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais (Siamig), Mário Campos, disse que os rodotrens utilizados atualmente, com capacidade de até 74 toneladas, estão inadequados às atividades do setor. “A cultura da cana-de-açúcar é de baixo valor agregado, diferentemente de grãos, do açúcar e do escoamento do etanol. A nossa matéria-prima tem baixo valor. Então, a gente precisa de um transporte eficiente para competir e produzir um produto de baixo custo para os nossos consumidores”, explicou.

Campos complementou: “É importante frisar que a assinatura da portaria foi realizada na sede da Unica, entidade que representa o setor em São Paulo, com a presença do ministro Tarcísio de Freitas, mostrando o quanto nós dialogamos e construímos juntos essa alternativa ao produtor, para que as indústrias canaveiras do Brasil possam modernizar as suas atividades de transporte de cana”.

Perguntado se os super rodotrens já serão utilizados no transporte da próxima safra, Campos ponderou que o setor precisará fazer investimentos na frota e reavaliar as rotas, antes mesmo da obtenção da autorização especial de tráfego. “Vamos sair desse modelo, com a limitação de 74 toneladas para 91 toneladas. Isso vai ser usado na safra 2022/2023? A gente precisa adequar a frota, comprar os novos equipamentos e adaptar alguns deles. Além do grande investimento no setor, será necessário reavaliar as rotas, se esse equipamento pode ou não ser utilizado nessas rotas”, explicou Campos, destacando que o transporte é realizado, em grande parte, por estradas rurais e em rotas definidas, porque o ciclo da cana-de-açúcar dura de cinco a seis anos.

“As rotas são muito bem definidas em função da longevidade (ciclo da cana-de-açúcar), de uma cultura sempre perene. A maior parte da nossa logística contempla estradas, são vias rurais, sem pavimento, sem asfalto. Mas muitas empresas contemplam o transporte por rodovias”, afirmou.

Para o presidente da Siamig, a regulamentação é positiva para o setor. “Estamos confiantes de que

SAFRA

O período da safra canaveira do sul do Brasil inicia em abril e se estende até o mês de novembro. Já a safra das regiões norte e nordeste inicia entre os meses de agosto e setembro e se estende até fevereiro e março. Uma parte da cana-de-açúcar é cultivada no centro-sul do Brasil.

SAFRA 2021/22

Segundo dados do 3º levantamento da Safra 2021/22, da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a produção total de cana-de-açúcar no país alcançou 568,4 milhões de toneladas.

ENTRE OS MAIORES ESTADOS PRODUTORES DO BRASIL

MILHÕES DE TONELADAS

São Paulo	287,43
Goiás	71,72
Minas Gerais	64,82
Alagoas	17,48
Pernambuco	6,91
Paraíba	6,11

esse modelo é uma alternativa ao produtor, podendo significar uma eficiência muito grande num transporte que é seguro”, comentou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 17/03/2022

AGRONEGÓCIO - TEREZA CRISTINA PEDE QUE SANÇÕES NÃO AFETEM FERTILIZANTES

Em reunião com a agência das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), ministra defendeu que os produtos sejam tratados como item essencial à segurança alimentar

Por BÁRBARA FARIAS barbara@portalbenews.com.br



O Brasil é o quarto consumidor global de fertilizantes, responsável por cerca de 8% da demanda do planeta. E é o maior importador mundial. Em 2021, as importações brasileiras de fertilizantes foram superiores a 41 milhões de toneladas, o que equivale a mais de US\$ 14 bilhões

No início do mês, Tereza Cristina afirmou que a guerra na Ucrânia tornou “inviável” a compra de fertilizantes da Rússia e de Belarus

A ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, defendeu que os fertilizantes sejam classificados como item essencial e fiquem livres das sanções econômicas impostas contra a Rússia, após a ofensiva na Ucrânia. A proposta foi apresentada ontem, durante reunião por teleconferência da

ministra com a direção da agência das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

As sanções impostas contra Moscou ameaçam o abastecimento de fertilizantes no Brasil. O agronegócio importa aproximadamente 85% dos fertilizantes que consome na produção agrícola, sendo que 24% são oriundos da Rússia. Só os insumos potássicos representam 96% da compra.

Segundo o Ministério da Agricultura, atualmente, o Brasil é o quarto consumidor global de fertilizantes, sendo responsável por cerca de 8% da demanda mundial. E é o maior importador do planeta. Em 2021, as importações brasileiras de fertilizantes foram superiores a 41 milhões de toneladas, avaliadas em mais de US\$ 14 bilhões.

Na reunião com a FAO, a ministra argumentou que barrar a comercialização dos fertilizantes pode comprometer a segurança alimentar e inflacionar ainda mais os preços. “Para além dessas medidas, creio que deveríamos excluir os fertilizantes do regime de sanções, a exemplo do que ocorre com alimentos. E as razões são simples: reprimir o comércio desses insumos afeta a produtividade do campo, reduz a disponibilidade de alimentos, reforça tendência inflacionária das principais commodities. E, como consequência final, ameaça a segurança alimentar, especialmente de países mais vulneráveis”, afirmou Tereza Cristina.

“É preciso encontrar formas de punir comportamentos específicos de um país sem prejudicar o suprimento mundial de alimentos”, ressaltou.

CANADÁ

Em sua jornada para garantir as importações de fertilizantes ao Brasil, a ministra esteve no Canadá, onde se reuniu com empresários do setor na segunda-feira, dia 14. Na ocasião, Tereza Cristina solicitou o aumento da oferta de insumos ao País. Em 2021, o Canadá foi o terceiro maior exportador de fertilizantes, em volume, para o Brasil.

A Canpotex, que exporta o potássio das duas principais mineradoras do Canadá, informou à ministra que pretende aumentar o volume de vendas ao Brasil para além dos atuais 4 milhões de

toneladas por ano. “Seguimos conversando com diversos fornecedores para que o nosso agro continue garantindo a segurança alimentar para o Brasil e o mundo”, ressaltou a ministra.

Tereza Cristina também se reuniu com os presidentes das empresas Brasil Potash, Gensource, Nutrien e Fertilizer Canada, além do vice-ministro da Agricultura do Canadá, Paul Samson. Nos encontros, ela falou sobre a importância do potássio para a produção de alimentos no Brasil.

“Para que o Brasil continue aumentando sua oferta de alimentos e contribuindo para a segurança alimentar mundial, precisaremos de suprimentos adequados desse insumo. Isso não significa apenas assegurar os níveis atuais de compras, mas expandi-los. Podemos e devemos reforçar nossos laços e fortalecer parcerias de longo prazo, com vistas a garantir estabilidade e rentabilidade para todos os elos da cadeia produtiva. Isso significa, na prática, alimentos em quantidade e qualidade a preços acessíveis na mesa de todos”, disse Tereza Cristina. Além da manutenção e expansão do comércio de fertilizantes, a ministra convidou as empresas a estudarem investir em projetos no Brasil.

‘INVIÁVEL’

A Rússia era a principal fornecedora de fertilizantes do Brasil. Na live semanal do presidente Jair Bolsonaro do último dia 3, transmitida via redes sociais, Tereza Cristina declarou que o comércio de fertilizantes com a Rússia e a Belarus será inviável enquanto durar o conflito na Ucrânia. “O que nós temos no momento é uma suspensão deste comércio, porque nós não temos como pagar esses produtos e, também, nós não temos navios, nem seguro para esses navios para poder carregar esses fertilizantes nos mares Báltico e Negro”, explicou a ministra, na ocasião, mencionando as sanções impostas à Rússia e à Belarus pela ofensiva contra a Ucrânia.

“Eles não fizeram a suspensão (do fornecimento). O problema é a guerra. Então, enquanto ela estiver acontecendo... é totalmente descartada a possibilidade de a gente receber fertilizantes daqueles dois países, tanto da Bielorrússia (Belarus) quanto da Rússia”, disse ela.

No entanto, a ministra Tereza Cristina disse que o Brasil tem estoques de fertilizantes até outubro, quando os produtores agrícolas intensificam o plantio da safra de grãos de verão, o maior do país.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 17/03/2022



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

PORTOS DO PARANÁ CAPACITA EMPREGADOS CONTRA ATAQUES CIBERNÉTICOS

Informação: Agência de Notícias do Paraná (17 de março de 2022)



Portos do Paraná capacita empregados contra ataques cibernéticos – Foto: Rodrigo Sell/Portos do Paraná

A Portos do Paraná está capacitando todos os seus empregados com noções básicas de segurança para internet e nos ambientes virtuais. A medida da empresa pública busca manter o processo de modernização e proteção dos dados, assegurando as boas práticas previstas no Código Internacional para Proteção de Navios e Instalações Portuárias (ISPS Code) nos portos de Antonina e Paranaguá.

A promoção do treinamento, que ocorre já há uma semana, atende a uma determinação da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Conportos). O último encontro será nesta terça-feira (15), quando participam mais 50 colaboradores. Para os que não puderam participar haverá uma nova data com a repescagem.

“Em uma palestra curta, trouxemos esse tema de segurança para as pessoas que trabalham, como forma de cumprir um item da auditoria da Conportos e, também, de capacitar os colaboradores”, explica Rodrigo Vanhoni, coordenador de Sistemas da Gerência da Tecnologia da Informação da Portos do Paraná.

De acordo com o especialista, o tema tem ganhado cada vez mais a importância que merece. “A palestra é o melhor formato, pois as pessoas têm a chance de se manifestar e tirar dúvidas”, destaca Vanhoni.

Segundo o palestrante Eduardo Domanski, guarda portuário e coordenador de Inteligência da Unidade Administrativa de Segurança Portuária (Uasp), com o treinamento os empregados têm uma noção geral do que é o ISPS Code, segurança portuária e as exigências da Conportos sobre a segurança da informação.

“Explicamos as principais ameaças às quais os usuários estão expostos, como ransomware, phishing, uso de senhas, engenharia social e diversas técnicas que os criminosos podem fazer uso para ter acesso às informações e as maneiras de se precaver desses ataques”, diz.

Para Domanski, as informações compartilhadas não são apenas importantes para o ambiente de trabalho, mas também podem e devem ser levadas para casa também.

“Hoje, a vida de todo mundo está muito conectada, celular sempre à mão, redes sociais e até smart tvs que armazenam informações de serviços de streaming com dados bancários. Então também são passíveis de ataques e é importante ter essa consciência”, acrescenta Domanski, que está se especializando em Segurança da Informação.

Com a palestra desta terça-feira (15), o ciclo inicial encerra com os 200 primeiros participantes inscritos, mas novas datas serão agendadas para atender a todos os empregados da Portos do Paraná.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 17/03/2022

EVERGREEN PREVÊ REPETIR LUCRO RECORDE DE 2021

Informação: Transportes e Negócios (17 de março de 2022)



A Evergreen prevê repetir este ano os lucros históricos de 2021, quando multiplicou por nove os ganhos de 2020

No ano passado a Evergreen atingiu um resultado líquido de 9,5 mil milhões de dólares, anunciou, em conferência de imprensa o presidente da companhia de Taiwan.

O volume de receitas cresceu 236%, para 17,7 mil milhões de dólares, com o

trans-Pacífico a garantir 60-70% dos volumes e o Ásia-Europa o restante.

Para o exercício corrente, a previsão é de manter o mesmo nível de lucros.

Erua Hsieh, o presidente da companhia, elencou as cinco razões que apoiam a previsão: a procura permanecerá superior à oferta, os novos contratos de longa duração estão a ser feitos com preços mais elevados nos EUA e Europa, o congestionamento dos portos mantém-se, antecipam-se aumentos salariais significativos para os trabalhadores portuários nos EUA e, finalmente ele há 40-50 navios “presos” nos congestionamentos globais.

“Não vai ser fácil as tarifas baixarem, por isso estamos otimistas para este ano”, resumiu o CEO da Evergreen.

A companhia de Taiwan deverá receber nos próximos três anos e meio cerca de 42 novos porta-contentores, com uma capacidade de transporte agregada de 550 mil TEU, prevendo aumentar a sua oferta de capacidade em cerca de 11%.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 17/03/2022

PORTO DO AÇU ANUNCIA NOVO PÁTIO DE ARMAZENAGEM EM PARCERIA COM O GRUPO MINAS GUSA

Informação: Portos e Mercados (17 de março de 2022)



Para atender à crescente demanda do terminal, há planos para ampliação imediata da retroárea com construção de pátio de granéis, pátio dedicado para cargas gerais e pátio de contêineres, além de novos galpões permanentes dedicados para armazenagem – Foto: Divulgação / Portos e Mercados

O Porto do Açu anunciou nesta quarta-feira (16) que terá um novo pátio para armazenagem de granéis sólidos. A estrutura, com área de 35 mil m², será instalada pela Minas Gusa ao lado do

Terminal Multicargas (T-Mult) com foco na importação de combustíveis sólidos para as indústrias siderúrgica e cimenteira.

A Minas Gusa ficará responsável pelo investimento e gestão do pátio, com a operação portuária sendo realizada pelo T-Mult no modelo de descarga direta. O contrato prevê a movimentação de 300 mil toneladas/ano pelos próximos dez anos e a expectativa é de que o pátio entre em operação no primeiro semestre de 2023.

“Além das importações de combustíveis sólidos, a estrutura também possui potencial para a exportação de minério de ferro e produtos semiacabados, como a ferro gusa, otimizando a eficiência do fluxo logístico no futuro. Esse contrato já demonstra o potencial do Açu e a necessidade de expansão do T-MULT, por conta do aumento de clientes que buscam um terminal sem filas e eficiente”, explica João Braz, diretor de Terminais e Logística do Porto do Açu.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 17/03/2022

CERCA DE 2,4 MIL EMPRESAS NO BRASIL DEPENDEM DE FORNECEDORES DE RÚSSIA E UCRÂNIA

Informação: FORBES (17 de março de 2022)



Cerca de 2,4 mil empresas que dependem de fornecedores russos e ucranianos estão sediadas no Brasil – Foto: Yilei Sun/Reuters

Cerca de 2,4 mil empresas que dependem de fornecedores russos e ucranianos estão sediadas no Brasil, segundo levantamento da firma de informações comerciais CIAL Dun & Bradstreet.

De acordo com o relatório, das 374 mil empresas em todo o mundo que dependem de fornecedores russos, 0,4% estão

sediadas no Brasil, ou 1.496 empresas. O país também abriga 964 companhias que dependem de fornecedores ucranianos.

Ainda segundo o estudo, há pelo menos 390 empresas no mundo com fornecedores críticos – aqueles que fornecem bens e serviços de pelo menos 100 mil dólares e respondem por mais de 5% dos recebíveis- na Rússia. Elas estão principalmente sediadas em EUA, China, Índia, Japão e Emirados Árabes Unidos.

Além disso, existem pelo menos 210 empresas com fornecedores críticos na Ucrânia. Os cinco principais países com maior exposição são os EUA, México, China, Brasil e Canadá.

Embora a Rússia represente apenas 1,9% do valor global de exportação de mercadorias –Ucrânia (0,3%)- ambos são os maiores exportadores mundiais de mercadorias específicas, diz a Cial.

Juntos, respondem por 59% das exportações globais de óleo de girassol, 36% das exportações globais de ferro ou aço não ligado e 26% das exportações globais de trigo.

O relatório aponta ainda que alguns países podem ser fornecedores alternativos de alguns produtos, em caso de interrupção das vendas por parte de Rússia e Ucrânia. O Brasil, inclusive, pode ser um fornecedor alternativo na exportação de milho, ferro, aço e minério de ferro.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 17/03/2022

SALTO DAS COMMODITIES PODE GERAR US\$ 53 BILHÕES EM EXPORTAÇÕES

Fonte: Brasilagro (17 de março de 2022)



Foto: José Fernando Ogura – AEN

A escalada recente das commodities tem potencial de gerar um impulso extra de até US\$ 53 bilhões às exportações brasileiras deste ano, ajudando a amortecer o impacto na economia do choque de oferta com a invasão russa à Ucrânia.

Mesmo que a guerra tenha reforçado a tendência de desaceleração da economia global, o Brasil, vendendo seus principais produtos ao exterior a cotações mais altas, não terá que aumentar muito o volume das exportações para renovar o recorde na balança comercial. Se as previsões refeitas nos últimos dias por economistas estiverem corretas, os novos preços das commodities podem colocar pela primeira vez acima dos US\$ 70 bilhões o superávit comercial.



Após a diferença das exportações para as importações alcançar o recorde de mais de US\$ 61 bilhões no ano passado, 2022 começou com a perspectiva de menor tração do comércio internacional em razão da retirada dos estímulos monetários e fiscais lançados na pandemia para socorrer a economia global. Economistas passaram, porém, a revisar para cima projeções de balança comercial depois que os bombardeios na Ucrânia, com as consequentes sanções contra a Rússia, apertaram ainda mais a oferta global de commodities.

Ainda que o Brasil também tenha que pagar mais caro a partir de agora pelos produtos que traz do exterior, a avaliação é de que o saldo final será positivo, já que o País mais exporta do que importa. Mais de 70% das exportações brasileiras são commodities, conforme cálculo do Credit Suisse. Joga ainda a favor do País o fato de seu principal mercado no exterior, a China, ser uma economia que, ao contrário da maior parte do mundo, segue contando com estímulos.

Ao atualizar o cenário neste mês, o departamento de pesquisas e estudos econômicos do Bradesco elevou de US\$ 286 bilhões para US\$ 339 bilhões a expectativa às exportações deste ano. Ou seja, US\$ 53 bilhões entraram na conta na esteira dos efeitos da guerra, um evento até então fora do radar.

Na XP Investimentos, a previsão de exportações subiu de US\$ 299,5 bilhões para US\$ 324,4 bilhões, uma diferença de US\$ 24,9 bilhões. Já os economistas do Itaú Unibanco subiram de US\$ 67 bilhões para US\$ 74 bilhões a expectativa de superávit comercial.

O impulso ao comércio, e os investimentos decorrentes, pode não ser suficiente para anular por completo os estragos, de dimensão incerta, da crise no leste europeu no Brasil, sendo o primeiro deles a puxada na inflação, que contrata mais juros e condições financeiras mais restritivas. É de se esperar, no entanto, uma melhora das contas externas, onde o déficit das transações correntes com o exterior pode se aproximar do zero, bem como um alívio nas finanças públicas em meio aos movimentos de desoneração dos combustíveis.

Junto com a inflação doméstica mais alta do que o esperado, o salto das commodities indica que a arrecadação do governo seguirá elevada. Nas previsões tanto do Bradesco quanto do Itaú Unibanco, o déficit das contas públicas – incluindo União, Estados, municípios e estatais, exceção a Petrobras e Eletrobras – deve terminar o ano em 0,3% como proporção do Produto Interno Bruto (PIB).

Na revisão de cenário do Bradesco, a previsão ao déficit nas transações correntes com o exterior – aquelas que, além do comércio de produtos, incluem contratações de serviços e remessas de lucro – foi reduzida de 0,9% para 0,3% do PIB.

Economista-chefe do Bradesco, Fernando Honorato Barbosa diz que os prognósticos do banco têm como base as cotações atuais das commodities porque, mesmo que a guerra tenha um desejado fim rápido, as matérias-primas não devem retornar tão rápido aos preços de antes. “Os efeitos [sobre os preços] tendem a ser duradouros”, comenta o economista.

“Mesmo que a guerra acabe amanhã, é improvável que as relações do Ocidente com a Rússia voltem ao patamar de confiança de antes. Não será também trivial a Ucrânia retomar a produção de trigo em duas semanas. Fora isso, a produtividade no campo deve ser prejudicada pelo aperto na oferta de fertilizantes”, acrescenta Honorato.

De acordo com Rafaela Vitória, economista-chefe do banco Inter, as exportações devem responder por cerca de 16% do PIB em 2022. O banco considera rever de US\$ 65 bilhões para US\$ 75 bilhões a previsão de superávit comercial deste ano. Em paralelo à valorização das commodities, as importações devem ser limitadas pela produção industrial mais fraca e a redução nas compras externas de gás natural, fonte das usinas térmicas de energia, por conta da recuperação dos níveis nos reservatórios das hidrelétricas.

A elevação das commodities tende a ser positiva para a economia, apesar da alta na inflação, que, em parte, deve ser amenizada pela valorização do câmbio”, avalia Rafaela (Broadcast, 16/3/22)

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 17/03/2022

PORTO DE ITAJAÍ RECEBE DEPOIS DE DOIS ANOS NAVIO ROLL ON ROLL OFF

Informação: Porto de Itajaí (17 de março de 2022)



Embarcação com destino para Argentina atracou no Porto de Itajaí trazendo a bordo 463 veículos importados da montadora BMW – Foto: Luciano Sens – Sec. Geral de Comunicação Social – SECOM/SPI.

Nesta manhã de quarta-feira (16), por volta de 08:00 horas, atracou no berço 04 (cais público), do Porto de Itajaí, o navio FLORIDA HIGHWAY, levando a bordo veículos da montadora alemã BMW.

A embarcação registrou de acordo com o setor de operações da superintendência do Porto de Itajaí,

um volume de 1004 toneladas. Seu destino ao desatracar, seguirá rumo ao Porto de Zarate, na Argentina, onde conclui suas escalas. No porto de Itajaí, após o término desta primeira operação de desembarque de veículos, o encerramento está previsto para às 19:00 horas.

São 463 unidades (veículos importados) da montadora BMW, trazidos do Porto de Paranaguá (PR) pelo navio de bandeira do Panamá, cujo comprimento é de 199,97 metros e boca (largura) de 32,26m. O Armador do navio é a empresa K-LINE, originária do Japão.

“A logística do Porto de Itajaí é eficiente, destacando-se entre os demais portos Brasileiros pelo sistema Roll On Roll Off. Já ficou evidenciado a qualificação dos nossos trabalhadores portuários e, o sucesso deste tipo de operações de desembarque de veículos com outras montadoras em nosso porto, demonstrando a plena capacidade, e condições precisas para este tipo de movimentação. Quero agradecer a todos os envolvidos, e colocar a nossa cidade a disposição, e o que for necessário para manter perene essa operação da BMW aqui em Itajaí. É essa união que faz a força do Porto de Itajaí, com extrema eficiência operacional”, destaca Fábio da Veiga, Superintendente do Porto de Itajaí.

Esse tipo de movimentação em portos, ocorre através do sistema ROLL ON ROLL OFF – quando os veículos são conduzidos para fora do navio, e encaminhados para uma área primária do porto.

Após o desembarque do navio, os veículos serão deslocados diretamente para os pátios da ValePort, e do Recinto Alfandegado Contíguo (RAC), onde são todos vistoriados. Na sequência, são embarcados em cegonheiras, e, posteriormente encaminhados e destinados para outros estados do país.

Ricardo Amorim, Coordenador de Operações e Inteligência da Fiscalização, afirma que esse tipo de operação é ágil, permitindo a liberação do berço para outros tipos de operações, principalmente relacionados a importação:

“Trazer novamente operações Roll On Roll Off é muito interessante, sendo uma operação limpa, rápida de fazer e ao mesmo tempo muito produtiva. Já tivemos bons resultados com outras operadoras, em anos anteriores e décadas passadas, e, agora tivemos a chance de operar este tipo de carga com veículos da BMW, e isso para nós é muito importante, por ter um parceiro tão



importante atuando no mercado. A operação foi um sucesso, assim como as outras que já tivemos, e por isso estamos preparados para receber mais navios como este”, comenta Ricardo.

Operações através do sistema Roll On Roll Off, de acordo com o volume e número de veículos a bordo, ao serem desembarcados, podem encerrar suas operações em até menos de cinco horas. Tendo por base outros desembarques, um montante de até 100 veículos podem ser descarregados por hora, obtendo 100% de eficiência na operação e sem o registro de avarias.

“Depois de pouco mais de dois anos, agora com a retomada deste tipo de operações de cargas, com a vinda da BMW, para nós é motivo de orgulho e satisfação em receber esta nova montadora em nosso porto, visto que sua capacidade operacional é destacada frequentemente, por diversos fatores positivos. Esta operação intensifica a economia local e de Santa Catarina, na qual, é possível através de um trabalho em equipe desenvolvido com extrema capacitação, comprovando a eficiência de uma Autoridade Portuária Pública e Municipal”, reforça o Prefeito de Itajaí, Volnei Morastoni.

A origem de fabricação das 463 unidades, são das cidades de Jacksonville, Flórida (Estados Unidos), e das cidades de Southampton na Inglaterra e Bremerhaven, na Alemanha.

Para o Porto de Itajaí, estão em estudo de programação, o recebimento de até uma escala mensal de navios Roll On Roll Off.

“É a concretização de um trabalho antigo. No decorrer dos anos, a BMW vem estudando qual a melhor alternativa para trazer os carros para a distribuição dos clientes, operando dentro do Estado de Santa Catarina. Este acontecimento é fruto de um trabalho que envolve muitas pessoas, desde o time de logística no Brasil, como em outros países, envolvendo o jurídico, compras, seguros e toda uma estrutura necessária para fazer isso acontecer. Através deste acordo, nós trouxemos uma solução que é viável operacionalmente e economicamente, e isso nos deixa muito felizes porque nos adequa ao modelo internacional de transporte de veículos. Particularmente, é mais um motivo de alegria formalizar esse acordo”, comenta João Batista Martins, Gerente Sênior de Logística de Pós Vendas do Grupo BMW.

Representando o Armador, K-LINE RORO & BULK Agência Marítima (Brasil) Ltda, participaram em Itajaí nesta terça-feira, 15, durante encontro na sede da APM Terminals, juntamente com diretoria da BMW e Superintendência do Porto de Itajaí (Autoridade Portuária), a analista de Operações, Estela Sasahara e o Gerente de Operações, Wanderley Gomes Júnior.

O Gerente Regional da TEGMA, Aparecido Rosa, informa que remessas destes veículos também serão encaminhados para as fábricas, onde será realizado todo um processo de PDI (Pre-Delivery Inspection), para que estejam aptos e disponíveis quanto ao início das vendas destes automóveis:

“A TEGMA é uma empresa logística da BMW, responsável por todo um processo que envolve a distribuição nacional dos automóveis. Agora a BMW está concretizando um sonho de atuar pelo sistema Roll On Roll Off, em que somos operadores logísticos e estamos juntos para que a operação ocorra da melhor forma possível, com êxito, qualidade e principalmente muita segurança, este é o nosso objetivo. Estaremos constantemente aqui no Porto de Itajaí, vamos iniciar e finalizar essa operação, assim como as demais escalas que vierem. A BMW é um carro com muita dimensão, da qual necessita de um cuidado avançado, esses veículos serão enviados para as fabricas, e lá entrarão no circuito de vendas”, informa.

De acordo com o Departamento Comercial da APM Terminals de Itajaí, as tratativas para trazer a montadora alemã, a BMW, já duravam mais de quatro anos, e, desta vez as operações foram devidamente concretizadas.

Para o Diretor Superintendente da APM Terminals Itajaí, Aristides Russi Júnior, a operação reforça a característica principal da estratégia do Grupo:

“Como empresa global, temos evoluído de todas as formas possíveis, tanto em tecnologia, quanto em processos, para oferecer as melhores soluções logísticas aos nossos clientes e esta operação retrata bem isso”, conclui Júnior.

Mais informações:

Fábio da Veiga – Superintendente do Porto de Itajaí.

Texto: Bianca Luca – Estagiária SECOM/SPI (47) 3341-8095.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 17/03/2022



NAVAL PORTO ESTALEIRO

LEILÃO DE TERMINAIS DE CONTÊINERES NO PORTO DE SANTOS PODE CAUSAR CONFLITOS QUANTO À PARTICIPAÇÃO DAS GIGANTES NA MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS MAERSK E MSC

Por Ruth Rodrigues



Uma grande discussão acerca da participação das gigantes no ramo da movimentação de cargas, Maersk e MSC, aconteceu entre os representantes do Porto de Santos após a liberação de um terminal de contêineres para o leilão

O leilão de um dos terminais de contêineres no Porto de Santos tem causado bastante discussões. Isso acontece pois, grande parte dos representantes do setor estão criticando a possibilidade da participação das gigantes Maersk e MSC, que até essa quarta-feira, (16/03), já possuem uma grande participação quanto a movimentação de cargas, no arrendamento dessa estrutura.

Participação da Maersk e MSC no leilão para a venda de um dos terminais de contêineres do Porto de Santos tem causado discussões no setor portuário

Esta última semana foi marcada por mais um passo dado pelo Porto de Santos em relação aos processos de arrendamento das suas estruturas. Assim, o porto irá realizar um leilão para a venda de um dos seus terminais de contêineres, próprio para os processos de exportação de importação envolvendo navios de médio e grande porte, o que o torna cada vez mais atrativo para as companhias nacionais e internacionais que atuam no ramo portuário.

Assim, a possibilidade da participação das empresas Maersk e MSC, as duas maiores companhias de transporte marítimo no mundo e as responsáveis por grande parte dos navios que fazem as importações e exportações entre os países, vêm causando uma séria discussão no processo. Isso acontece pois os representantes do setor que estão contrários à entrada das empresas no processo afirmam que elas já possuem uma presença muito marcante na movimentação de cargas e a sua participação impediria que outras companhias tivessem a possibilidade de expansão nesse mercado.

Caso a Maersk e a MSC participem do leilão, a probabilidade do arrendamento partir para uma das empresas é bastante alta e, com isso, haverá um risco de concentração de mercado excessiva por parte desses grupos, centralizando a movimentação de cargas internacional na mão de duas companhias que já possuem um mercado firmado e não necessitam de mais essa

aquisição. Assim, os representantes do setor afirmam que as empresas devem ficar de fora do leilão e abrir espaço para companhias menores ascenderem no segmento.

Empresas que operam contêineres no Brasil temem uma concentração no direcionamento de cargas para os portos controlados pela Maersk e MSC

A presença das empresas Maersk e MSC no setor de portos brasileiro já é bastante alta e ambas as companhias controlam um terminal de contêineres em Santos, o Brasil Terminal Portuário (BTP), e também possuem outros terminais pelo país. Com isso, o receio de muitas empresas que realizam operações com essas cargas no mercado nacional é que as empresas direcionem a movimentação de cargas apenas para os terminais controlados por ela, gerando assim uma concentração e centralização nesses processos.

Dessa forma, Angelino Caputo, diretor-executivo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra), reafirma a sua preocupação quanto ao arrendamento do terminal de contêineres no Porto de Santos e destaca que “As empresas de navegação escolhem onde vão estacionar os navios e remuneram os terminais por isso. Obviamente, ele vai preferir parar no seu próprio terminal. Hoje, a BTP tem uma capacidade limitada, por isso, os armadores são obrigados a usar outros terminais independentes. Mas, se tiverem mais espaço, certamente darão preferência a sua própria estrutura”.

Após isso, o governo realizou a inclusão no edital do terminal de contêineres STS10 a proibição de que Maersk e MSC participem juntas (tal como na BTP) no leilão. Apesar disso, elas podem recorrer separadamente para que participem do leilão do Porto de Santos de forma individual, ainda assim apresentando riscos para o setor portuário nacional.

Fonte: Naval Porto Estaleiro

Data: 17/03/2022

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

CORREIOS FECHAM 2021 COM LUCRO RECORRENTE RECORDE DE R\$ 3,7 BILHÕES

Os Correios fecharam em 2021 com um lucro recorrente de R\$ 3,7 bilhões, resultado recorde para a estatal, com Ebitda (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de R\$ 3,1 bilhões. Os números foram divulgados nesta quinta-feira, 17, pela companhia, que está na lista de empresas do governo federal na mira da privatização.

Segundo a estatal, o lucro de R\$ 3,7 bilhões supera em 101% o valor realizado em 2020.

São os melhores índices registrados nos últimos 22 anos, informou os Correios.

“A curva ascendente apresentada nas demonstrações contábeis, em conjunto com os resultados expressivos anunciados em 2020 e 2021, reflete o êxito do projeto de recuperação financeira e de sustentabilidade econômica executados pela gestão dos Correios”, afirmou a estatal.

De acordo com a companhia, a empresa também zerou déficit de R\$ 600 milhões com a operadora do plano de saúde, que vinha perdurando desde 2019.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 17/03/2022

GOVERNO DO RJ ARREMATA ÁREA DO ESTALEIRO QUE JÁ FOI UM DOS MAIORES DO PAÍS

O governo do Estado do Rio de Janeiro arrematou, em leilão realizado na quarta-feira, 16, a área do estaleiro Caneco, no bairro do Caju, região portuária do Rio de Janeiro. O objetivo é implantar um complexo pesqueiro e um condomínio industrial no local. A área foi arrematada por R\$ 96 milhões, 50% do valor inicial proposto, de R\$ 192 milhões.

Fundado em 1886, o estaleiro Caneco foi um dos principais do País, desde o início da indústria de construção naval. O espaço tinha capacidade para construir navios de até 2.500 toneladas e ainda contava com uma ponte rolante com capacidade para levantar até 5.000 toneladas. A falência do estaleiro foi decretada em 2006.

“A economia do mar faz parte do DNA do estado do Rio, que já ocupou o primeiro lugar na pesca extrativa marinha brasileira. Temos mais de 630 quilômetros de costa, somos o terceiro litoral mais extenso do Brasil e o principal consumidor de pescado do País”, justificou o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro.

De acordo com o governo, a aquisição da área do estaleiro está alinhada com as iniciativas para impulsionar o setor pesqueiro do Estado, como o Decreto nº 47.813/2021, que institui a Comissão de Desenvolvimento da Economia do Mar (Cedemar), a Lei nº 9.466/2021, que cria a política estadual de incentivo à economia do mar como estratégia de desenvolvimento socioeconômico; e da Lei nº 9.545/2022, que dispõe sobre a implantação do Complexo Pesqueiro e autoriza o Estado a buscar parcerias público-privadas para a realização do empreendimento.

“Com 135 mil m², o Complexo Caneco possui uma infraestrutura já existente, um amplo cais para atracação de embarcações e descarga de pescado, um galpão que comporta a comercialização do pescado, e localização estratégica, próximo à ponte Rio-Niterói, a rodovias importantes e a um dos portos mais competitivos do País para distribuição de cargas para os Estados Unidos e Europa”, afirmou o secretário de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais, Vinícius Farah.

De acordo com o governo estadual, há 30 anos o Rio de Janeiro ocupava a primeira posição na produção de pescado marinho no País, com significativa geração de empregos. Contava com cerca de 20 grandes indústrias de conserva de pescado instaladas na região da Baía de Guanabara, entre elas a Gomes da Costa e a Coqueiro.

“A implantação de um entreposto pesqueiro será o início da recuperação do setor. A centralização do desembarque de pescado permitirá melhores estatísticas e gestão, assim como uma melhor promoção de políticas públicas para o setor”, avaliou Farah.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro
Data: 17/03/2022



MONEYTIMES

CONTA DE COMPENSAÇÃO PARA COMBUSTÍVEIS NÃO SERÁ VOTADA DO DIA PARA A NOITE, MAS ESTÁ SOB DISCUSSÃO, DIZ LIRA

Por Reuters



“É um projeto estruturante e não será votado do dia para a noite”, disse o presidente da Câmara a jornalistas (Imagem: REUTERS/Adriano Machado)

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), explicou nesta quinta-feira que o projeto que cria uma conta de compensação para

as altas nos preços dos combustíveis está sim sob discussão dos parlamentares, mas não será votada “da noite para o dia”.

Na véspera, o deputado havia declarado que o projeto estava “fora do radar” da Casa.

Nesta quinta, explicou que ao falar do “radar” referia-se a uma votação imediata em plenário, já nesta ou na próxima semana. Argumentou ainda que, por se tratar de um assunto mais “conceitual”, exigirá maior tempo de discussão.

“É um projeto estruturante e não será votado do dia para a noite”, disse o presidente da Câmara a jornalistas.

Sobre eventuais subsídios aos combustíveis diante da alta dos preços e dos efeitos da guerra da Ucrânia, Lira afirmou que há correntes de debates que defendem, de um lado, concessões mais amplas a todos os produtos e, de outro, mais setorializadas ou por categorias.

Lembrou, no entanto, que a última palavra é do Executivo, que arcará com o impacto de uma eventual medida.

Fonte: MoneyTimes

Data: 17/03/2022



JORNAL O GLOBO – RJ

MUDANÇA NO ICMS DE COMBUSTÍVEL É INCONSTITUCIONAL, DIZEM ANALISTAS

Alteração elevaria carga tributária em 9 estados e no DF. Cálculo da IFI indica que nova lei pode levar a perdas de R\$ 13,3 bilhões

Por João Sorima Neto, Geralda Doca, Manoel Ventura e Bruno Rosa



Caminhão sendo abastecido em posto de combustível em São Paulo Foto: Paulo Gueret/Photo Premium / Agência O Globo/

SÃO PAULO, BRASÍLIA E RIO - A solução encontrada pelo Congresso e sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro para reduzir o valor do diesel — unificar o ICMS, imposto estadual — é inconstitucional e abre caminho para que os governadores recorram ao Supremo Tribunal Federal (STF), na avaliação de especialistas. A leitura é que a lei complementar extrapola o

pacto federativo.

Nos termos propostos, a avaliação de especialistas é que a lei pode comprometer a arrecadação tributária futura dos estados. A lei muda a forma de cobrança do imposto estadual.

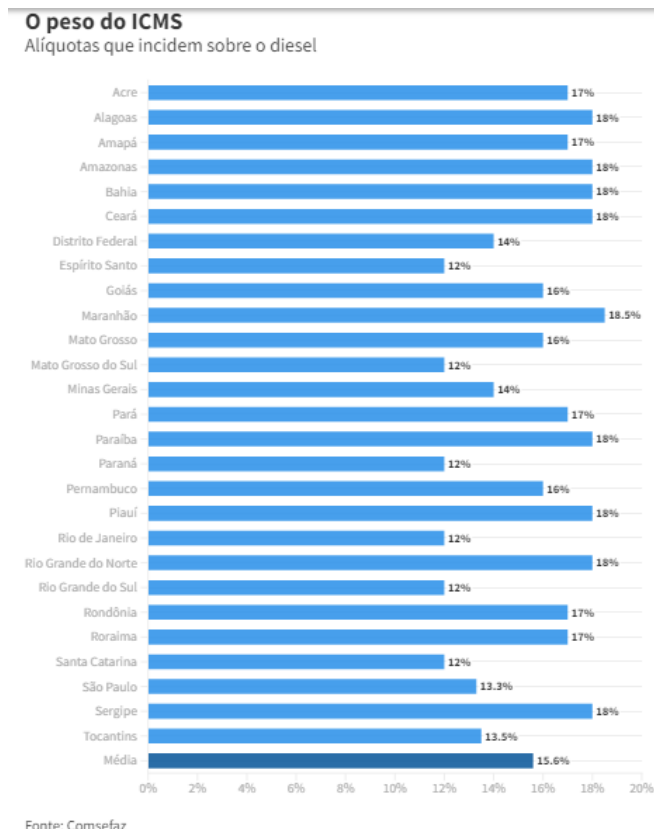
Hoje, o ICMS é formado com base em um percentual sobre o valor (assim a arrecadação sobe quando o preço sobe). Agora, passará a ser um valor fixo sobre o litro (medido em centavos e que não muda conforme o aumento de preços).

A lei se tornou uma dor de cabeça para os estados, que ainda avaliam como chegar a um consenso sobre o valor de referência único. A Lei Complementar 192, em vigor desde sexta-feira,

pode levar a um aumento da carga tributária em nove estados e no Distrito Federal. Isso porque, atualmente, as alíquotas do imposto são diferenciadas e variam entre 12% e 18%.

Segundo integrantes do Comitê Nacional de Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz), a definição de uma alíquota média de 15,6%, por exemplo, poderia elevar o imposto dos estados que cobram menos ICMS.

Não se trata de uma definição simples, pois é necessário levar em conta o volume consumido em cada estado, mas dá uma dimensão do desafio que ele representa para os governos locais.



Hoje, DF, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins cobram alíquota inferior à média simples dos estados.

A lei complementar prevê que os estados tentem chegar a um consenso até o fim do mês. Até lá e, posteriormente, caso não haja acordo neste prazo, determina que, para fins de substituição tributária em operações com diesel, vale até 31 de dezembro de 2022 em cada estado e no DF a média móvel de preços praticados ao consumidor final nos 60 meses anteriores à sua fixação.

— Na prática, a lei complementar, que está prevista na Constituição, está fixando o preço do combustível. E fixando de uma forma defasada porque considera um prazo de 60 meses. Portanto, está extrapolando o pacto federativo — afirmou Renata Emery, sócia na área tributária do TozziniFreire.

Ela continua:

— Com a alíquota fixa, a arrecadação futura fica comprometida. Grande parte da arrecadação dos estados com ICMS vem de combustíveis, energia e telecomunicações.

Nos cálculos da Instituição Fiscal Independente (IFI, órgão ligado ao Senado), a redução do preço do ICMS de R\$ 0,27 sobre o litro do diesel com a nova lei levaria os estados a uma perda de receitas de R\$ 13,3 bilhões. A conta toma como base a referência de 60 meses.

Fábio Florentino, sócio da área tributária do BMA Advogados, destaca que, nos 12 primeiros meses da entrada em vigor da norma, tanto a alíquota quanto a base não poderão ser ajustados:

— Isso soa como estratégia do governo federal para criar uma certa previsibilidade de preço. Depois, será necessário a fixação de seis em seis meses.

São Paulo, por exemplo, é um dos estados que pode ter aumento da carga tributária. Ele cobra 13,3% sobre o diesel. Segundo Henrique Meirelles, secretário de Fazenda de São Paulo, a lei complementar terá o impacto de aumentar o preço do combustível no estado, que tem alíquotas mais baixas.



— É uma margem pequena, mas aumenta. E, desse ponto de vista, é negativo para o consumidor. Com a lei complementar, os estados perdem a capacidade de cada um fixar sua alíquota de ICMS. Temos que seguir a alíquota federal — afirmou.

Segundo Meirelles, ainda não houve consenso nas reuniões no âmbito do Comsefaz sobre a alíquota única. Os secretários de Fazenda vão se reunir hoje em busca de um acordo. Para ele, o governo federal lançou mão de um truque para jogar o problema da alta dos combustíveis para os estados.

Correção pela inflação

De acordo com o secretário de Fazenda do Rio, Nelson Rocha, foi proposto na quarta-feira que os estados corrijam o valor do diesel nos últimos cinco anos pela inflação com objetivo de evitar perdas na arrecadação.

Ainda não há decisão, e o martelo será batido antes dos dias 29 e 30, quando está previsto encontro do Comsefaz em Belém. Segundo Rocha, essa é uma alternativa à fixação de uma alíquota uniforme em todo o país.

— O que está sendo discutido e encaminhado no Comsefaz é pegarmos a média dos últimos cinco anos e corrigirmos pelo IPCA. Neste caso, dará um valor igual ao praticado hoje — disse o secretário. — Eu acredito que o caminho natural será pegar a média dos últimos cinco anos e atualizar esse valor pelo IPCA, senão os estados terão prejuízo. Estamos sendo pressionados, os distribuidores podem questionar.

Segundo Rocha, o Rio acompanhará a decisão do colégio de procuradores estaduais, que avalia recorrer ao STF sobre a constitucionalidade da lei por interferência na autonomia dos estados.

— O Rio acompanhará a decisão ainda que não seja de 100%, mas é possível que seja. Alguns pontos nos parecem que podem convergir para uma inconstitucionalidade — afirmou.

Conta de luz mais cara: Saiba como economizar e reduzir a fatura em até 30%

O secretário de Fazenda do Rio Grande do Sul, Marco Aurélio Cardoso, em entrevista à Rádio Gaúcha, disse que os estados analisam se o projeto é constitucional:

— É uma medida um pouco açodada em resposta ao preço do petróleo e não vai resolver a situação de preço. Para o consumidor não muda.

A nova lei cria uma espécie de fundo para compensar estados que eventualmente vão perder receita. Contudo, a medida é considerada inócua por parte de integrantes do Comsefaz porque nenhum estado com excesso de arrecadação vai se dispor a fazer “bondades” e transferir recursos para outro ente.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 17/03/2022

PRESIDENTE DA CÂMARA CRITICA PETROBRAS, E PEDE QUE ESTATAL REDUZA PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS

'O barril sobe e a Petrobras aumenta. O barril baixa e a Petrobras não reduz o preço?', questiona Arthur Lira

Por André de Souza

BRASÍLIA — O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), criticou a Petrobras nesta quinta-feira por não reduzir o preço dos combustíveis, mesmo com a queda da cotação do barril no mercado internacional. Ele lembrou que, quando houve elevação do valor, a empresa reajustou o preço dos combustíveis.



"O barril sobe e a Petrobras aumenta. O barril baixa e a Petrobras não reduz o preço? É importante que a estatal recue o preço do aumento que deu porque o dólar está caindo e o barril está caindo, dois componentes que fazem parte da política de preços dos combustíveis", escreveu Lira nas redes sociais.

Arthur Lira, presidente da Câmara dos Deputados Foto: Cristiano Mariz / Agência O Globo

Na semana passada, a Petrobras aumentou em 18,77% o valor da gasolina, 24,9% o diesel, e 16,06% o gás de cozinha.

O anúncio veio depois de membros do Conselho de Administração da estatal questionarem a diretoria da empresa por que os valores seguiam os mesmos de quase dois meses atrás, apesar da disparada do valor do petróleo no mercado internacional causada pela guerra na Ucrânia.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 17/03/2022

ESTALEIRO CANECO É ARREMATADO EM LEILÃO POR R\$ 96 MILHÕES E SERÁ TRANSFORMADO EM POLO PESQUEIRO E INDUSTRIAL

Área foi comprada pelo governo do Rio por 50% do valor proposto inicialmente. Ideia é fomentar a chamada economia do mar

Por Carolina Nalin e Camilla Alcântara



Na foto, navios abandonados no estaleiro Caneco, na Baía de Guanabara Foto: Custódio Coimbra / Agência O Globo/5-01-2018

RIO - O governo do Rio arrematou por R\$ 96 milhões a área do estaleiro Caneco, no bairro do Caju, região portuária do Rio de Janeiro. O objetivo é implementar um complexo pesqueiro e um condomínio industrial no local. O leilão foi realizado na tarde da última quarta-feira e a área foi arrematada por 50% do valor inicial

proposto, de R\$ 192 milhões.

Leilão de Santos Dumont e Galeão: Terminal no Centro será mais voltado para viagens de negócios, diz Freitas

O governador Cláudio Castro destacou que a economia do mar faz parte do DNA do Estado do Rio, que já ocupou o primeiro lugar na pesca extrativa marinha. Ele lembra ainda que o estado tem o terceiro litoral mais extenso do país e é o principal consumidor de pescado.

— Vamos recuperar o protagonismo desse importante setor da economia, que gera tantos empregos para a população fluminense — enfatizou Castro.

Atração de empresas

Com 135 mil metros quadrados, o estaleiro Caneco foi fundado em 1886 e foi um dos principais do país desde o início da indústria de construção naval.

O espaço tinha capacidade para construir navios de até 2.500 toneladas e ainda contava com uma ponte rolante com capacidade para levantar até 5.000 toneladas. Agora, o espaço será voltado para a indústria pesqueira do estado.

A localização do estaleiro é avaliada como estratégica pelo governo. Fica próximo à ponte Rio-Niterói, a rodovias importantes e a um dos portos mais competitivos do país para distribuição de cargas para os Estados Unidos e Europa.

Também possui amplo cais para atracação de embarcações e descarga de pescado, além de galpão que comporta a comercialização dos peixes e mariscos.

Economia do mar

A aquisição da área do estaleiro está associada com as iniciativas do governo fluminense em prol do setor pesqueiro.

O estado instituiu no ano passado a Comissão de Desenvolvimento da Economia do Mar (Cedemar), que cria a política estadual de incentivo à economia do mar como estratégia de desenvolvimento socioeconômico do Rio de Janeiro.

Aprovada neste ano, a lei estadual nº 9.545/2022 também dispõe sobre a implantação do Complexo Pesqueiro do Estado do Rio de Janeiro e autoriza o estado a buscar parcerias público-privadas para a realização do empreendimento.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 17/03/2022

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

ACORDO COM CANADÁ PREVÊ AUMENTO DE IMPORTAÇÃO DE FERTILIZANTES EM 400 MIL TONELADAS

Tratativas não envolvem acordos comerciais entre os dois países, mas sim contratos diretos entre empresas privadas; coube à ministra Tereza Cristina a garantia de que irá reduzir ao máximo a burocracia alfandegária

Por André Borges, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - As negociações com o Canadá para ampliar a importação de fertilizantes ao Brasil devem resultar na entrada de aproximadamente 400 mil toneladas do insumo no Brasil, um volume 10% superior ao que os canadenses já exportam para o País, algo em torno de 4 milhões de toneladas por ano.

O Estadão apurou que essa é a projeção que foi apresentada à ministra da Agricultura, Tereza Cristina, na viagem que fez ao Canadá, nesta semana. O governo brasileiro tenta buscar



alternativas de importação do insumo, devido às dificuldades impostas pela guerra entre Rússia e Ucrânia. A Rússia é o maior vendedor de fertilizantes para o Brasil, que agora busca alternativas para evitar o eventual desabastecimento deste insumo fundamental para a produção agrícola.

Tereza Cristina, ministra da Agricultura de Jair Bolsonaro; com guerra entre Rússia e Ucrânia, governo brasileiro tenta buscar alternativas de importação de fertilizantes Foto: Adriano Machado/ Reuters



As tratativas do Brasil com o Canadá não envolvem acordos comerciais entre os dois países, mas sim contratos diretos entre empresas privadas. Do lado do governo, o que coube à ministra Tereza Cristina, além da sinalização política e diplomática, foi a garantia de que irá reduzir ao máximo a burocracia alfandegária nos portos brasileiros, acelerando a entrada dos navios canadenses no Brasil, com prioridade nas filas de entrega. Sobre impostos, não há mais o que fazer, porque todos os tributos brasileiros já foram retirados.

O porto de Paranaguá é a principal porta de entrada dos fertilizantes. Em 2021, 11 milhões toneladas do insumo entraram no Brasil pelo porto paranaense, um crescimento de 14,5% em relação a 2020. Sozinho, Paranaguá respondeu por 28% do total importado por todos os portos nacionais.

As empresas canadenses Mosaic e Nutrien, que já atuam no Brasil, controlam praticamente 85% da produção de fertilizantes naquele país. Juntas, elas também são donas da empresa Canpotex, que faz toda parte de negociação e logística dos insumos, desde a saída das minas, até seu embarque em navios e entrega em outros países, como o Brasil. Tereza Cristina se encontrou com os executivos dessas empresas, em sua passagem pelo Canadá.

Do lado das empresas, há interesse em ampliar as exportações, mas as companhias também pedem um acordo de médio e longo prazo, porque a ampliação de produção implica em investimentos pesados para mineração e transporte. Na prática, querem a garantia de que terão demanda, mesmo que a situação internacional com a Rússia se resolva mais rapidamente.

“A visita da ministra foi bem-sucedida. Há um enorme respeito no Canadá por ela. A visita foi em cima de questões técnicas”, disse ao Estadão o embaixador do Brasil no Canadá, Pedro Borio.

Produção nacional. O governo brasileiro reforçou seu interesse em projetos de produção nacional de potássio, projetos que também interessam aos canadenses, que já são donos da maior parte dos pedidos de pesquisa de potássio no Brasil. A Mosaic, por exemplo, é dona de mina de potássio em Sergipe.

A ministra Tereza Cristina destacou que a necessidade de produção nacional já era uma prioridade há mais de um ano. “Essa super dependência das importações tem que mudar. Nós não queremos ter autossuficiência, mas temos que produzir 40%, 50% das nossas necessidades, para estarmos mais calçados se isso acontecer de novo”, disse Cristina.

Os dados da Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda) apontam que, em 2021, o Brasil importou um total de 39,2 milhões de toneladas do insumo, um crescimento de 19,3% em relação a 2020, quando 32,8 milhões de toneladas entraram no País. A produção nacional de fertilizantes chegou a quase 7 milhões de toneladas, o equivalente a 15% do total consumido.

O Brasil adquire no exterior aproximadamente 85% do volume aplicado anualmente nas lavouras. A Rússia é uma das principais exportadoras do insumo para o Brasil e, em janeiro, respondeu por 30,1% dos adubos e fertilizantes que entraram em território nacional, segundo informações do Ministério da Economia. Durante os 12 meses do ano passado, os russos foram responsáveis por 23,3% de todo fertilizante que entrou no Brasil. Mesmo com o conflito, embarques de fertilizantes da Rússia continuam a chegar no Brasil.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 17/03/2022

BOLSONARO DIZ QUE PETROBRAS ‘COM TODA CERTEZA’ VAI REDUZIR PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS

Com a popularidade afetada pela alta dos combustíveis, o presidente voltou a criticar a empresa pelo reajuste

Por Eduardo Gayer e Eduardo Rodrigues, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - Após renovar críticas à Petrobras por ter anunciado o reajuste dos combustíveis antes da aprovação, pelo Congresso, das mudanças no ICMS sobre diesel e gás de cozinha, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que a estatal “com toda a certeza” vai reduzir o preço dos produtos diante da queda na cotação de petróleo no mercado internacional.

“Estamos tendo notícias de que, nos últimos dias, o preço do petróleo lá fora tem caído bastante. A gente espera que a Petrobras acompanhe a queda de preço lá fora. Com toda certeza fará isso daí”, afirmou o chefe do Executivo em cerimônia no Palácio do Planalto. “Espero que a nossa querida Petrobras, que muita sensibilidade ao não nos dar um dia, retorne aos níveis da semana passada os preços dos combustíveis no Brasil”, acrescentou, em tom de ironia sobre a postura da empresa.

Com a popularidade afetada pela alta dos combustíveis, Bolsonaro voltou a dizer que a responsabilidade pelo reajuste é da Petrobras, e não do governo, e a criticar a empresa. “Se a Petrobras tivesse esperado (a aprovação do projeto no Congresso), teríamos aumento apenas de R\$ 0,30, não de R\$ 0,90 (no litro do diesel)”, disse o presidente.

Ainda de acordo com Bolsonaro, a queda na cotação do petróleo no exterior, que baliza os preços da Petrobras, sinaliza “normalidade no mundo”. “Essa guerra na Rússia e Ucrânia tem influenciado a nossa economia”, reconheceu.



O presidente Jair Bolsonaro presta continência ao general Joaquim Luna e Silva, presidente da Petrobras durante cerimônia em 2021 Foto: Dida Sampaio/Estadão - 05/08/2021

Contramão de Guedes

Na mesma cerimônia, Bolsonaro afirmou que vai na contramão do que o ministro da Economia, Paulo Guedes, fala para ele. “Quando alguém chega com uma sugestão da política, eu vou ouvir primeiro Paulo Guedes. Aí eu vou na contramão do que ele fala para

mim. Então, nos complementamos”, disse em cerimônia no Palácio do Planalto, aos risos. “Não sei 10% do que ele sabe de economia, ele não sabe 10% do que eu sei de política”, acrescentou.

Para tentar amenizar a “brincadeira”, Bolsonaro destacou, em seguida, que o trabalho da equipe econômica é fantástico e que Guedes tem sido vigilante em relação ao mundo político. “Grande parte do orçamento é para juros e rolagem da dívida. Mas, nosso governo está sinalizando para posição futura, em que cada vez mais se diminuem nossas dívidas. Ano de eleição, é natural, muita gente queria entrar no orçamento, Guedes tem sido vigilante. Tudo o que faz, faz com responsabilidade”, declarou sobre o ministro da Economia.

O presidente também elogiou o chefe da Assessoria Especial de Assuntos Estratégicos do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida. “Um homem de visão de futuro”, disse o presidente, segundo quem o auxiliar de Guedes já contava com a vitória de Bolsonaro em 2018 antes das eleições.

Ao lado do senador Fernando Collor de Mello (PROS-AL), Bolsonaro ainda voltou a destacar o que chama de conquistas do seu governo, como a criação do Pix e do Auxílio Brasil. “Pix está na casa de 1 bilhão e 300 milhões de movimentações mensais”, destacou.

Sobre o programa de valores a receber criado pelo Banco Central, Bolsonaro afirmou que “muita gente tem achado mil, dois mil, dez mil reais em conta inativa”. No entanto, como informou o BC ontem, a maioria das pessoas tem até R\$ 1 a receber.

Ainda de acordo com Bolsonaro, cerca de 100 mil jovens já procuraram o governo federal para pagar dívidas do Fies dentro do programa de renegociação apresentado pelo governo.

Desoneração é investimento

O presidente saiu em defesa da desoneração da folha de pagamento, que beneficia 17 setores da economia brasileira que mais empregam no País e foi prorrogada no final do ano passado. “No meu entender, parece que do Paulo Guedes também, é investimento. Não é taxando e sobretaxando o setor produtivo que vamos conseguir algo de bom para nosso País”, disse o chefe do Executivo em cerimônia no Palácio do Planalto.

De acordo com o presidente, hoje pela manhã 16 setores da indústria procuraram o governo para agradecer pela prorrogação da desoneração. Não há informações sobre esse encontro na agenda oficial de Bolsonaro. “Cada vez mais a gente vai desonerar a pessoa que trabalha no Brasil”, garantiu o chefe do Executivo.

Bolsonaro ainda afirmou que há previsão de investimento em infraestrutura na ordem de R\$ 1 trilhão até o final do ano e voltou a dizer que o ministério da Economia estuda reduzir ainda mais o IPI. “Há uma possibilidade de reduzir ainda automóveis, motocicletas, produtos da linha branca”.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 17/03/2022

GOVERNO BOLSONARO QUER PRODUIR ALGA EXÓTICA NO MAR DO NORDESTE PARA SUBSTITUIR POTÁSSIO

Medida teria como objetivo reduzir a dependência do Brasil na importação de fertilizantes

Por André Borges, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - Uma das alternativas avaliadas pelo governo Jair Bolsonaro para reduzir a dependência do Brasil na importação de fertilizantes passa pela criação de algas exóticas em áreas do litoral do Nordeste. O biofertilizante feito a partir dessas plantas já é utilizado por alguns produtores rurais e teria potencial de ser expandido com a criação de “fazendas marinhas”. Especialistas no setor, porém, alertam para o risco dessas algas, que têm origem nas Filipinas, se espalharem e comprometerem regiões de recifes e espécies de peixes.

Por meio de um tipo de rede de contenção, mudas dessas macroalgas são amarradas e permanecem boiando na água, onde se reproduzem rapidamente, chegando a ter seu tamanho ampliado em até 10% a cada dia. O secretário da Pesca, Jorge Seif Júnior, afirma que as macroalgas usadas como fertilizantes (espécie conhecida pelo nome científico *Kappaphycus alvarezii*) já são produzidas há anos em determinadas regiões do litoral de São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina. O potencial na Região Nordeste, porém, seria muito maior, por causa da maior incidência de luz e calor, além da salinidade superior nesta região.



Governo avalia criação de algas exóticas em áreas do litoral do Nordeste; especialistas alertam que algas podem se espalhar e comprometer espécies. Foto: Carlos Ezequiel Vannoni/Estadão - 07/04/2020

“Estamos atuando junto ao Ibama para que essa produção possa ser estendida ao Nordeste brasileiro. Lá no Nordeste, graças à incidência solar e temperatura, podemos produzir dez vezes mais do que produzimos no Sul do Brasil”, disse Seif Júnior, em vídeo publicado em



redes sociais. "A nossa secretaria não é só tilápia, camarão e atum. Nós também regulamentamos a produção de macroalgas, que podem contribuir com a independência brasileira desses insumos."

Para especialistas em flora e fauna marinhas, a reprodução de algas de outros países exige profunda cautela, sob riscos dessas espécies não nativas se transformarem em uma ameaça às espécies locais. Estudos técnicos internacionais apontam que o tipo de alga que o governo brasileiro pretende cultivar no Nordeste já causou problemas de invasão em países como Índia, Venezuela e Tanzânia, na África Oriental.

"Uma das principais causas de perda de biodiversidade no planeta é a introdução de espécies invasoras. O Brasil é dono de uma das maiores biodiversidades do planeta. Não se trata de ser contra o cultivo de algas, mas do fato de termos espécies nativas que podem ser usadas para isso", diz Ana Paula Prates, especialista em Biodiversidade Marinha do Instituto Talanoa.

No Ceará, por exemplo, afirma Prates, há anos é realizado pela comunidade local o projeto 'Mulheres de Corpo e Alga', que produz plantas marinhas da região que abastecem a indústria do agronegócio, além de gerar renda para famílias da comunidade de Barrinha, no município de Icapuí. "É um ótimo projeto que reintroduziu a espécie local e aumentou o cultivo dessa alga nativa da região".

O especialista Paulo Horta, professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), afirma que o cultivo da espécie exótica no Estado não apresentou problemas, porque a alga originária das Filipinas não tem grande resistência à baixa salinidade e à temperatura da região. No Nordeste, porém, diz Horta, a situação seria outra.

"O cultivo da alga em si é importante e relevante, mas o risco deve ser profundamente avaliado. Quando falamos de levar essa espécie para o Nordeste, podemos favorecer uma invasão, porque as condições da região se aproximam muito das condições comumente encontradas em sua área de origem, o que acelera muito a proliferação", explica Horta.

Quando espécies se espalham como monoculturas, diz o professor, tendem a consumir todos os recursos locais. "A espécie passa a competir com substratos de algas nativas e que são importantes para o ecossistema da região. Ela também passa a crescer sobre os corais, o que prejudica os sistemas recifais, produzindo mortalidade e branqueamento."

Por meio de nota, a Secretaria de Aquicultura e Pesca (SAP) declarou que as linhagens dessas algas das Filipinas (*Kappaphycus alvarezii*) produzidas no Brasil "não se reproduzem de forma espontânea, (não esporulam, ou seja, não tem reprodução assexuada), sendo que sua propagação acontece a partir de mudas, que não se fixam naturalmente, como em rochas, navios, lixo entre outros".

Segundo a SAP, essas mudas, quando soltas no ambiente marinho, "são carregadas para praia, onde perdem água e morrem em poucos dias por desidratação".

A secretaria afirmou que o Ibama, órgão responsável por autorizar o cultivo da espécie, emite licenças baseadas em "estudos biológicos que avaliam, entre outros aspectos, o potencial invasivo da espécie, dando segurança e fazendo proteção ao ambiente natural e às espécies nativas".

"Só após a liberação do cultivo pelo Ibama e o ordenamento realizado pela Secretaria de Aquicultura e Pesca é que os cultivos poderão ser implantados, de forma responsável, trazendo diversificação aos produtores, incremento na sua renda, aumento de oferta do produto e também auxiliarão na fixação da comunidade tradicional nos seus territórios, oportunizando ainda a entrada de novas pessoas na atividade", declarou.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 17/03/2022

PIS/PASEP: GOVERNO INCLUI 1,6 MILHÃO DE TRABALHADORES PARA RECEBER ABONO

Ministério do Trabalho e Previdência reprocessou dados após inconsistências nos cadastros; cidadãos já podem checar situação

Por Redação, O Estado de S.Paulo

De acordo com o Ministério do Trabalho e Previdência, mais 1,6 milhão de trabalhadores foram habilitados para receber o abono salarial do PIS/Pasep. O resultado foi obtido por meio do reprocessamento de dados da Dataprev após inconsistências ocorridas em fevereiro nos cadastros do governo federal.



Sede da Caixa Econômica Federal; abono pode chegar a até um salário mínimo, equivalente a R\$ 1.212 Foto: André Dusek/Estadão - 9/1/2018

De acordo com a pasta, os trabalhadores podem checar sua situação por meio do aplicativo CTPS Digital ou na plataforma de serviços do portal gov.br. O abono pode chegar a até um salário mínimo, equivalente a R\$ 1.212.

Os valores destinados aos beneficiados pelo reprocessamento estarão disponíveis no dia 29 de março para trabalhadores que deveriam ter recebido o benefício em fevereiro, conforme previsão no calendário de pagamento. No dia 31 de março, estará disponível o valor para quem deveria ter recebido neste mês.

Em 2022, o governo federal antecipou o calendário de pagamento do abono salarial para os meses de fevereiro e março. /AGÊNCIA BRASIL

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 17/03/2022



VALOR ECONÔMICO (SP)

VAMOS ZERAR O PIS COFINS DO DIESEL NA 2ª FASE, DIZ SACHSIDA

Medida deve ocorrer após aprovação do PLP 11, que muda a tributação sobre combustíveis

Por Lu Aiko Otta e Estevão Taiar, Valor — Brasília

As respostas do governo aos efeitos da guerra entre Rússia e Ucrânia serão faseadas, disse há pouco o chefe da Assessoria de Assuntos Estratégicos do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida.

“Nos confrontamos com cenário de guerra; estamos adotando a mesma estratégia que adotamos durante a pandemia, elaborada pelo ministro [da Economia, Paulo Guedes] e com apoio do presidente [Jair] Bolsonaro, de faseamento das respostas”, afirmou há pouco, durante divulgação dos novos parâmetros macroeconômicos do Ministério da Economia.

Ele informou que a primeira fase foi a aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLP) 11, que muda a tributação sobre combustíveis. A segunda fase, acrescentou, é zerar o PIS/Cofins do diesel. “É importante aguardar a evolução dos movimentos”, comentou. “A resposta padrão das

principais economias do mundo em cenário de guerra é aumentar oferta de petróleo, não diminui-la.”

Sachsida informou ainda que novas medidas para fortalecer o crédito e o mercado de capitais serão anunciadas na próxima semana. “Reformas microeconômicas importam”, afirmou. O objetivo é colocar o Brasil como um porto seguro para investimentos. Ele afirmou que a política econômica do governo é a mesma, do primeiro ao último dia do governo.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 17/03/2022

INDÚSTRIA CRÍTICA POSSÍVEL CORTE DE TAXA DE FRETE SOBRE FERTILIZANTE IMPORTADO

Governo e setor agrícola dizem que a medida é uma saída para a redução de custos, mas Sinprifert é contra a decisão

Por Érica Polo, Valor — São Paulo



Importação de fertilizantes no porto de Paranaguá (PR) — Foto: Portos do Paraná/divulgação

O Congresso Nacional discute nesta quinta-feira (17/3) os vetos presidenciais ao projeto de lei conhecido como BR do Mar (PL 4199/2020), que propõe, entre outros pontos, a redução, ou eliminação, das alíquotas do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) para a importação. Governo e setor agrícola dizem que a medida é uma saída para a redução de custos, mas, para a indústria que produz fertilizantes no país, a mudança da alíquota, caso ocorra, será um “tiro no pé” para as iniciativas recentes de estímulo à produção local.

“O movimento [redução de AFRMM para a importação] vem sendo ventilado pelo ministro Paulo Guedes como possível solução para o atual cenário global de alta de preços e escassez de fertilizantes, exacerbada pela guerra na Ucrânia, mas é equivocado”, opina Bernardo

Silva, diretor executivo do Sindicato Nacional da Indústria de Matérias-Primas para Fertilizantes (Sinprifert). A entidade reúne 95% dos produtores locais.

A alternativa, diz, não resolve os problemas emergenciais ou a dependência externa do país. “A medida proposta não só é uma saída conjuntural – e deveríamos trabalhar saídas estruturais – como é também ineficaz para o objetivo”, diz. Segundo ele, a mudança não resolveria o problema de preços ou de disponibilidade porque há complicações de oferta nas origens.

O Brasil importa 85% do fertilizante que consome. Neste ano, o cenário geopolítico complicou ainda mais a oferta global de adubos, que nos últimos dois anos já estava bastante ajustada em relação à demanda. A guerra na Ucrânia e outros problemas comprometem logística e os sistemas de pagamentos de fornecedores importantes, caso Rússia e Belarus.

“Essa medida nos leva para o mesmo resultado do caminho escolhido em 1997, com o Convênio 100, quando olhou-se apenas para a redução de custos em importações e não se resolveu um problema principal, que é o do ambiente favorável para produzir”, disse.

Carta aberta ao Congresso

Em carta aberta destinada ao Congresso Nacional, a indústria local pede que os parlamentares mantenham os vetos presidenciais à redução da AFRMM para longos cursos propostos no projeto BR do Mar. Silva reforça a importância de trabalhar pela redução de carga tributária no país, mas diz que “não se pode ser míope e deixar de pensar no todo”.

“Os recentes avanços conquistados com a publicação do Convênio ICMS 26/2021 e o lançamento do Plano Nacional de Fertilizantes já trazem, por si só, um horizonte bastante favorável no curto, médio e longo prazos”, diz o documento enviado a parlamentares.

Com a implementação do Convênio 26 citado na carta, de março do ano passado, afirma o dirigente, a indústria pode ampliar a produção em 35% (cerca de 2,7 milhões de toneladas) até 2024. Segundo ele, as medidas do Convênio 100, de 1997, acabaram criando distorções tributárias para o setor de adubos ao representarem um subsídio às importações.

A capacidade instalada atual dessa indústria no país é de aproximadas 14 milhões de toneladas. No ano passado, a produção alcançou 6,9 milhões de toneladas. O volume produzido é o mesmo há 25 anos, afirma Silva.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 17/03/2022

RÚSSIA E UCRÂNIA MINIMIZAM AVANÇOS NAS NEGOCIAÇÕES PARA ENCERRAR GUERRA

Porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov avalia que guerra poderia ser encerrada se os ucranianos tivessem mais “energia” nas conversas

Por Valor — São Paulo



Para o porta-voz russo, os dois lados precisam chegar a um acordo em que todos os parâmetros sejam bem compreendidos, o que facilitaria sua implementação — Foto: Alexander Zemlianichenko/AP Photo/Arquivo

Autoridades da Rússia e da Ucrânia minimizaram nesta quinta-feira (17) avanços noticiados ontem nas negociações para encerrar a guerra que já se arrasta há 22 dias.

As declarações ocorrem após o jornal britânico “Financial Times” ter publicado ontem que os dois países tinham conseguido avanços

significativos em um plano de paz preliminar que poderia encerrar o conflito.

O porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, negou os avanços noticiados pelo “FT”, mas disse que os diálogos prosseguirão hoje. “[A reportagem] não está certa. Há elementos que estão certos, mas, no geral, ela está incorreta”, afirmou ele.

Já Oleksiy Arestovych, um dos principais conselheiros do presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, disse hoje que o governo de Kiev não mudou sua posição em relação às fronteiras do país.

Isso significa que a Ucrânia não pretende reconhecer a soberania russa sobre a península da Crimeia, anexada em 2014, e a independência das províncias de Luhansk e Donetsk, áreas controladas por separatistas pró-Moscou.

Essas são duas das exigências feitas pela Rússia nas negociações. Moscou também quer que Kiev se declare neutra, o que na prática significa desistir da adesão a alianças militares, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan).

Além de negar os avanços nas conversas, o Kremlin também acusou Kiev de retardar as negociações. Para Peskov, a guerra poderia ser encerrada se os ucranianos tivessem mais "energia" nas conversas.

"Nossa delegação está fazendo grandes esforços e mostrando uma prontidão muito maior do que nossos colegas ucranianos para conduzir negociações em modo de emergência", disse Peskov.

Para o porta-voz russo, os dois lados precisam chegar a um acordo em que todos os parâmetros sejam bem compreendidos, o que facilitaria sua implementação.

"[Isto] é precisamente o que pode parar muito rapidamente o que está acontecendo", afirmou o porta-voz do Kremlin, se referindo ao confronto entre os dois países.

Fonte: Valor Econômico - SP

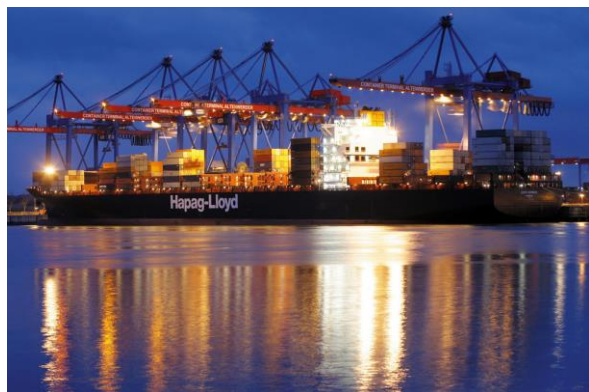
Data: 17/03/2022

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

HAPAG-LLOYD SE UNE AO CENTRO DE DESCARBONIZAÇÃO MARÍTIMA, INVESTINDO US\$ 10 MILHÕES

Da Redação NAVEGAÇÃO 17 Março 2022



O Centro Global para a Descarbonização Marítima (GCMD) e a companhia de navegação alemã Hapag-Lloyd assinaram um acordo de parceria estratégica comprometendo-se a cooperar nos esforços que contribuem para a descarbonização marítima.

A GCMD foi formada em agosto de 2021 com financiamento da autoridade marítima e portuária de Cingapura (MPA) e seis parceiros fundadores: BHP, BW, DNV Foundation, Eastern Pacific Shipping, Ocean Network Express e Sembcorp

Marine.

A Hapag-Lloyd anunciou recentemente metas ambiciosas de descarbonização, tornando-se um parceiro natural para o centro. A empresa está intensificando os esforços para reduzir as emissões de toda a sua frota em 30% até 2030 em comparação com 2019 e também pretende ser neutra em relação ao clima até 2045, à frente da meta IMO 2050.

A empresa responde atualmente por cerca de 7% da capacidade global de transporte de TEUS.

Com sede em Hamburgo, a Hapag-Lloyd também traz diversidade geográfica ao GCMD e pode facilitar interações mais fortes nos ecossistemas europeu e alemão. Essa parceria também adiciona US\$ 10 milhões em financiamento, dando um impulso adicional aos esforços da GCMD.

No final de 2020 e meados de 2021, a empresa encomendou uma dúzia de novos navios porta-contêineres ultragrandes (ULCVs) ao estaleiro sul-coreano Daewoo Shipbuilding & Marine Engineering (DSME). Os 12 navios de mais de 23.500 TEUs serão equipados com motores

bicombustíveis de alta pressão com baixo consumo, que operarão a GNL, mas terão capacidade de tanque alternativamente suficiente para operar com combustível convencional.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/03/2022

DESIGN DE CATALIZADOR PARA REDUZIR ESCAPE DE METANO EM NAVIO A GNL RECEBE AIP DA CLASSNK

Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 17 Março 2022

Empresas japonesas de transporte e engenharia estão realizando progressos no desenvolvimento de um projeto para reduzir o escape de metano em navios que utilizam motores a GNL. Há pouco mais de quatro meses, eles anunciaram seu projeto de pesquisa patrocinado pelo governo para abordar uma das principais críticas ao GNL como combustível alternativo. Hoje, as empresas relataram que seu conceito de design recebeu uma aprovação inicial em princípio (AiP) da ClassNK e que estão avançando em direção a uma demonstração.

Embora tenha havido um progresso significativo no projeto de motores de GNL, uma das preocupações e críticas é o escape de metano, a liberação de metano não queimado na atmosfera. Os ativistas ambientais argumentam o metano é várias vezes mais prejudicial ao meio ambiente do que as emissões de carbono de combustíveis fósseis. Essas críticas levaram grandes organizações, incluindo o Banco Mundial, a descartar o GNL, incentivando o investimento em outros combustíveis alternativos de próxima geração.

A Hitachi Zosen Corporation, a Mitsui OSK Lines e a Yanmar Power Technologies trabalham em conjunto para desenvolver e receber o AiP para o primeiro sistema de catalisador de oxidação de metano do mundo. No projeto desenvolvido pela Hitachi Zosen e Yanmar, o sistema é colocado nos tubos de escape dos motores e geradores a GNL que contêm metano não queimado, e o metano é oxidado nos catalisadores para reduzir o escape.

O projeto foi lançado com o apoio da Organização de Desenvolvimento de Novas Energias e Tecnologias Industriais (Nedo) e visa reduzir o impacto ambiental dos motores a combustível de GNL. Eles estabeleceram uma meta de atingir uma taxa de redução de escape de metano em mais de 70% até 2026, combinando catalisador de oxidação e aperfeiçoamentos no motor.

A aprovação da ClassNK está sendo considerada um primeiro passo importante para estabelecer a tecnologia para este sistema. As empresas relatam que seu projeto atende aos padrões internacionais de segurança e outros regulamentos e agora estão trabalhando em conjunto para realizar avaliações de risco.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/03/2022

EVERGREEN ENCOMENDA MAIS TRÊS NAVIOS DE 24 MIL TEUS

Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 17 Março 2022



A Evergreen encomendou mais três navios de 24 mil TEUs ao estaleiro chinês Hudong-Zhonghua. O anúncio foi feito depois que a operadora de navios de Taiwan anunciou lucro líquido de US\$ 9,5 bilhões em 2021.

Cada navio custa entre US\$ 160 milhões e US\$ 190 milhões, com entrega prevista para 2025.

Os dados da VesselsValue mostram que a Evergreen tem outros 10 navios de 24 mil TEUs encomendados ao Hudong-Zhonghua e sua

afiliada, Jiangnan Shipyard, para entrega entre este ano e 2025.

A receita da Evergreen em 2021 quadruplicou em 2020, para US\$ 17,67 bilhões. Os volumes transpacíficos respondem por 60%-70%, enquanto a carga Ásia-Europa contribuiu com os restantes 30% a 40%.

O presidente da Evergreen, Eric Hsieh, disse que o espaço de embarque continua apertado e que a empresa continua otimista com seu desempenho em 2022. Ele acrescentou: "Não será fácil para as taxas de frete cair, então estamos otimistas sobre este ano".

Até o final de 2025, o Evergreen terá recebido mais de 40 novos navios, com capacidade total de mais de 550 mil TEUs. De acordo com estimativas, isso aumentará a capacidade da transportadora em cerca de 11%.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/03/2022

NAVIOS COM GRANDES CARGAS DE AÇÚCAR SEGUEM DO BRASIL PARA A RÚSSIA

Da Redação NAVEGAÇÃO 17 Março 2022

Pelo menos cinco navios estão indo para a Rússia com quase 200 mil toneladas de açúcar do Brasil vendido por comerciantes europeus. A informação é da Reuters e representa cerca do dobro das importações anuais normais do país.

As sanções após a invasão da Ucrânia pela Rússia aumentaram a demanda por açúcar e outros alimentos básicos, já que as prateleiras estão esvaziando por causa da formação de estoque pelas famílias. O volume despachado é alto, já que a Rússia importa normalmente cerca de 100 mil toneladas de açúcar por ano, e não apenas do Brasil.

Com o fechamento dos portos na Ucrânia, as rotas marítimas no Mar Negro se tornaram complexas.

Os embarques para a Rússia e a Geórgia, segundo a Reuters, foram feitos navios partindo do Brasil, com três comerciantes europeus de alimentos e uma empresa brasileira: Sucden, Louis Dreyfus Co e Tereos (Europa) e Raizen Brasil).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/03/2022

LOG-IN ADQUIRE A TECMAR

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 17 Março 2022



Divulgação Tecmar

A Log-In Logística Intermodal concluiu, nesta quarta-feira (16) o termo de fechamento para aquisição da Tecmar Transportes Ltda. Na data de fechamento será realizada a transferência da totalidade das quotas de emissão da Tecmar para a Log-In contra o pagamento de uma parcela correspondente a 27% do preço de aquisição, que após os ajustes previstos no contrato de compra e venda foi fixado em R\$ 100.276.864,78.

Fundada em 2001, a Tecmar é uma empresa



dedicada ao transporte rodoviário de cargas, com atuação nas regiões Nordeste e Sul. Oferece soluções em transporte rodoviário com frota própria, centros de distribuição e armazenagem.

A efetiva implementação da transação segue sujeita à aprovação pelo Cade.

“A aquisição da Tecmar está totalmente alinhada com a estratégia de crescimento da Log-In e acreditamos que há grande potencial de integração pela troca de experiências, considerando a sinergia entre os negócios. A Tecmar tem uma operação complementar à cabotagem, no eixo Sul-Nordeste, ao longo da costa brasileira, trazendo expertise na gestão da operação de carga fracionada”, ressalta Marcio Arany, diretor presidente da Log-In.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/03/2022

ANP CONSOLIDA NORMAS SOBRE CERTIFICAÇÃO EM CONTEÚDO LOCAL

Da Redação OFFSHORE 17 Março 2022

A Diretoria da ANP aprovou nesta quinta-feira (17) a publicação de nova resolução que consolida as Resoluções ANP nº 25/2016 e nº 801/2019. Ambas as normas anteriores estabelecem os requisitos e procedimentos da acreditação, pela ANP, de organismos de certificação de conteúdo local de bens e serviços.

Por se tratar apenas de uma consolidação, em que o conteúdo normativo original dos dispositivos consolidados é mantido, sem alteração para os agentes econômicos, de direitos dos consumidores nem criação de novas obrigações, foi dispensada a realização de análise de impacto regulatório (AIR), bem como de consulta e audiência públicas.

O Decreto nº 10.139/2019 determina a revisão e a consolidação de todas as portarias, resoluções, instruções normativas, ofícios e avisos, entre outros, editados por órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Segundo o § 1º do art. 7º do Decreto, a consolidação consiste na reunião dos atos normativos sobre um mesmo tema em um ato único, com a revogação expressa dos anteriores.

Assim, com a edição da nova resolução consolidada, haverá a revogação expressa das Resoluções ANP nº 25/2016 e nº 801/2019, cujos textos serão incorporados ao ato normativo consolidado.

Acreditação de organismos de certificação

Os compromissos de conteúdo local são os assumidos pelas empresas, nos contratos de exploração e produção de petróleo e gás, de contratação de um percentual mínimo de bens e serviços nacionais.

A atividade de certificação, regulada pela Resolução ANP nº 19/2013, é exercida por instituições acreditadas pela ANP e consiste em aferir o percentual de conteúdo local em determinado fornecimento de bem ou serviço e atestá-lo publicamente.

Para poderem se tornar organismos de certificação de conteúdo local, as empresas precisam demonstrar à Agência sua competência para realizar tarefas específicas de certificação de conteúdo local de bens e serviços. São as normas para essa acreditação que estão sendo agora consolidadas em uma única resolução.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/03/2022

APM TERMINALS ITAJAÍ RETOMA OPERAÇÃO DE NAVIOS RO-RO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 16 Março 2022



A APM Terminals Itajaí retomou as operações de navios roll-on/roll-off (ro-ro) nesta terça-feira (15), com a atracação do navio "Florida Highway", do armador K-Line. Foram descarregados mais de 460 veículos do segmento premium, todos do BMW Group Brasil. A fabricante importa os veículos não produzidos nacionalmente pelos portos de Santa Catarina desde 2013.

Para o diretor superintendente da APM Terminals Itajaí, Aristides Russi Júnior, a operação reforça a característica principal da

estratégia do grupo: "Como empresa global, temos evoluído de todas as formas possíveis, tanto em tecnologia, quanto em processos, para oferecer as melhores soluções logísticas aos nossos clientes e esta operação retrata bem isso", afirma Júnior.

Para o BMW Group Brasil, a importação pela APM Terminals Itajaí também representa um importante momento: "Esse é um marco importante na história do BMW Group Brasil, ao passo que nos adequamos ao modelo global de logística marítima e apoiamos o desenvolvimento de um polo portuário para receber navio ro-ro em Santa Catarina. É uma medida que contribui para o desenvolvimento da logística no estado e também abre portas para que outras empresas com necessidades logísticas se beneficiem dessa conquista no futuro", comenta João Batista Martins, gerente sênior de Logística de Pós-Vendas do BMW Group Brasil. "Concentrar todas as operações geograficamente perto da nossa fábrica de Araquari nos traz grandes otimizações de processo e tempo", reforça o executivo.

Esta foi a primeira operação da marca de luxo na APM Terminals Itajaí, mas não deverá ser a única. A frequência da linha, chamada East Coast South America, é mensal, sempre com importação de carros das marcas BMW e MINI.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/03/2022

PORTO DO AÇU ANUNCIA NOVO PÁTIO DE ARMAZENAGEM EM PARCERIA COM O GRUPO MINAS GUSA

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 16 Março 2022



Contrato prevê a movimentação de 300 mil toneladas por ano

O Porto do Açu anunciou nesta quarta-feira (16) que terá um novo pátio para armazenagem de granéis sólidos. A estrutura, com área de 35 mil m², será instalada pela Minas Gusa ao lado do Terminal Multicargas (T-Mult) com foco na importação de combustíveis sólidos para as indústrias siderúrgica e cimenteira.

A Minas Gusa ficará responsável pelo investimento e gestão do pátio, com a operação portuária sendo realizada pelo T-Mult no modelo de descarga direta. O contrato prevê a movimentação de 300 mil toneladas/ano pelos próximos dez anos e a expectativa é de que o pátio entre em operação no primeiro semestre de 2023.

"Além das importações de combustíveis sólidos, a estrutura também possui potencial para a exportação de minério de ferro e produtos semiacabados, como a ferro gusa, otimizando a

eficiência do fluxo logístico no futuro. Esse contrato já demonstra o potencial do Açú e a necessidade de expansão do T-MULT, por conta do aumento de clientes que buscam um terminal sem filas e eficiente”, explica João Braz, diretor de Terminais e Logística do Porto do Açú.

Para atender à crescente demanda do terminal, há planos para ampliação imediata da retroárea com construção de pátio de graneis, pátio dedicado para cargas gerais e pátio de contêineres, além de novos galpões permanentes dedicados para armazenagem. Atualmente, o terminal possui 360 metros de cais acostável (que podem ser expandidos para 500 metros).

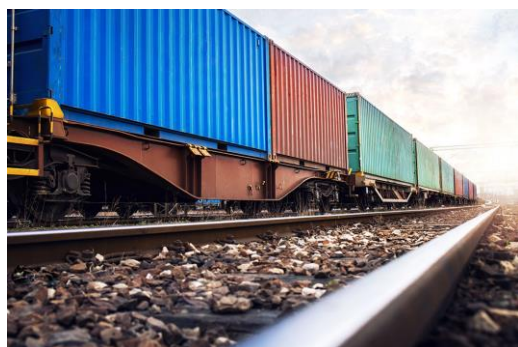
O T-Mult fechou o ano de 2021 com um aumento de 127% em suas operações em relação ao ano anterior e com mais quatro novos clientes, totalizando 40 em seu portfólio. O volume movimentado mais do que duplicou, levando a um ano recorde: foram movimentadas 1,5 milhão de toneladas de cargas graneis e carga geral, inclusive com novas operações de exportação de concentrado de cobre e de lítio para atender aos mercados do Sudeste e Centro-Oeste do país. Desde o início das operações do terminal, em 2016, já são contabilizadas 4,3 milhões de toneladas movimentadas, com crescimento anual médio de 55%.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/03/2022

ENTIDADES EMPRESARIAIS DO PARÁ PETICIONAM JUNTO AO STF PARTICIPAÇÃO NAS DECISÕES SOBRE A RETOMADA DA FERROGRÃO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 16 Março 2022



Para pleitear a retomada das obras de construção da ferrovia Ferrogrão, que interligará Sinop (MT) a Miritituba, em Itaituba (PA), e reforçar a importância do projeto para o desenvolvimento econômico e social da região, entidades representativas do setor produtivo do Pará entraram na segunda-feira (14) com uma petição junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), na condição de Amicus Curiae. O objetivo é garantir que órgãos, entidades e especialistas possam participar das discussões, argumentar e contribuir com a solução jurídica a ser definida pela Corte.

Por atuarem diretamente na defesa dos interesses dos segmentos da indústria, comércio, serviços, agricultura e pecuária, as entidades entendem possuir a legitimidade necessária para discorrer diante do Tribunal sobre os graves impactos que a suspensão do projeto trará ao setor e à própria sociedade. A petição é assinada pela Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa), Associação Comercial do Pará (ACP), Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Pará (Faciapa), Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (Faepa), Sindicato da Indústria da Construção do Estado do Pará (Sinduscon) e Centro das Indústrias do Pará (CIP).

“Como parte interessada e legítima, as entidades empresariais estão pedindo o seu ingresso como amicus curiae para que possam acompanhar e colaborar com o processo, se colocando favoravelmente e solicitando que os processos relativos à Ferrogrão voltem a tramitar. Se o ministro do STF acatar nosso pedido, ele pode autorizar que essas entidades tenham direito à voz, ou seja, possam se manifestar durante o julgamento”, esclarece o advogado Vitor Fonseca. A intervenção processual na qualidade de Amicus Curiae assegura a intervenção de terceiros em demandas que extrapolam o interesse meramente subjetivo de uma causa.

Além da admissão na qualidade amicus curiae, para participação ativa na ação, as entidades também requerem que a ADI seja julgada improcedente, e que sejam retomados os processos relacionados à Ferrogrão, em especial os que tramitam na Agência Nacional de Transportes Terrestres, Ministério da Infraestrutura e no Tribunal de Contas da União.



Situação atual - O projeto Ferrogrão está paralisado desde março do ano passado por decisão liminar do ministro Alexandre de Moraes, do STF, acatando a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) proposta pelo PSOL que — levando em consideração a Lei nº 13.452/2017 (decorrente da Medida Provisória nº. 758/2016), que alterou os limites das áreas do Parque Nacional do Jamanxim — argumentou que a ferrovia ofereceria riscos ambientais para a região. Entretanto, defende a Fiepa em nota, de acordo com informações apresentadas pela Advocacia-Geral da União, a MP 758/16, ao mesmo tempo em que promoveu a exclusão de 862 hectares do Parque Nacional do Jamanxim, ampliou os limites da unidade de conservação de proteção integral, com a inclusão de área contígua de aproximadamente 51 mil hectares, resultando assim em ganho ambiental significativo, contrariando a presunção de prejuízo ambiental alegada pelo PSOL.

Segundo dados da Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT), o investimento previsto para a ferrovia é de R\$ 8,42 bilhões, podendo chegar a até R\$ 21,5 bilhões ao longo da operação. Serão 933 quilômetros de trilhos, entre a região produtora de grãos do Centro-Oeste ao Pará, desembocando no Porto de Miritituba. Na petição junto ao STF, as entidades apresentam o atual contexto e a necessidade da construção de corredores de escoamento da produção do país, em especial da produção agrícola, que será obtido com o Projeto Ferrogrão. Reforçam ainda a significativa redução do custo logístico e a inexistência de prejuízo ambiental decorrente da Lei nº 13.452, de 19 de junho de 2017 (Conversão da Medida Provisória nº 758, de 2016).

Debates – Desde o início do ano, a FIEPA vem promovendo encontros de trabalho para discutir e buscar soluções, juntamente com as demais entidades do setor, que viabilizem a retomada da ferrovia, considerada estratégica para o escoamento da produção no país. Segundo o presidente do CIP e vice-presidente da Fiepa, José Maria Mendonça, a tese que aponta impacto ambiental e que provocou a paralisação do projeto não se sustenta, uma vez que se trata de uma iniciativa ambientalmente viável que passará por áreas já suprimidas ou antropizadas. “O que percebemos é que o impasse sobre o andamento do projeto não é de origem técnica, mas sim, política, porque além de se tratar do uso de área já antropizada, os estudos do componente indígena apontam que o impacto sobre as comunidades ali existentes é quase zero, já que em seu traçado final a ferrovia ficará bem afastada das terras indígenas, sendo que as duas comunidades próximas ao eixo da ferrovia são as da Praia do Índio e da Praia do Mangue, situadas na zona urbana de Itaituba, enquanto que a ferrovia passará na margem contrária à sede do município, tendo o rio Tapajós separando as comunidades da ferrovia”, detalha Mendonça.

Para o economista Clóvis Carneiro, presidente da ACP e vice-presidente da Fiepa, a petição representa a manifestação dos empresários paraenses que consideram a Ferrogrão um projeto fundamental para o resgate do desenvolvimento econômico da região Oeste do Pará. “Com a construção da Ferrogrão, nós teremos a redução de até 55% no frete interno; a redução no custo da logística total em relação ao preço do produto exportado brasileiro de 26% para 21,2%; redução do custo de manutenção da BR 163; redução de 37% das emissões de CO2 em relação ao transporte rodoviário por unidade de peso; diminuição dos riscos de acidentes no transporte da safra pela BR 163; possibilidade de eletrificação da linha férrea, zerado as emissões de CO2 e criação de um corredor logístico interno para cargas da Amazônia Ocidental em direção às grandes praças de consumo brasileiras, São Paulo, Rio e Belo Horizonte”, detalha Clóvis Carneiro.

Representante do agronegócio no Estado do Pará, Carlos Xavier, presidente da Faepa, afirma que é de extrema importância a construção da Ferrogrão, não apenas para o estado do Pará, mas para o Brasil. “Estamos juntos com esta ação porque nós paraenses, com todas as potencialidades que temos na nossa região, somos um dos menores índices de desenvolvimento humano do Brasil e não dá para a gente conviver com isso. Temos que estar juntos pelo desenvolvimento da região amazônica e a viabilidade econômica do escoamento da produção brasileira passa pela Ferrogrão”, analisa o presidente da Faepa.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/03/2022

STOLTHAVEN SANTOS E COMPLEXO DO PECÉM SE UNEM PARA DESENVOLVER HUB DE EXPORTAÇÃO DE HIDROGÊNIO VERDE

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 16 Março 2022



Marcelo Schmitt (E), da Stolthaven Santos, e Danilo Serpa, do Pecém, assinam o MoU

A Stolthaven Terminals e o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, joint venture formada pelo governo do Ceará e o Porto de Rotterdam, na Holanda, anunciaram nesta quarta-feira (16) a assinatura de um memorando de entendimento (MoU) para o estudo de um novo terminal de armazenagem no Porto do Pecém, no Brasil. O terminal se concentrará em fornecer serviços de

armazenamento e manuseio de hidrogênio verde e produtos associados.

O Porto do Pecém possui grande potencial para geração de energia eólica e solar, fundamental para a produção de hidrogênio verde. A Zona de Processamento e Exportação local é totalmente integrada ao Porto do Pecém, que está conectado a uma ampla rede de distribuição de gás. Como o maior porto da Europa, o Porto de Roterdã está bem posicionado para fornecer informações e conhecimentos valiosos, pois já está se preparando para operar como a porta de entrada de hidrogênio verde da Europa. As opções para o terminal de Pecém incluem um depósito alfandegado de amônia, matéria-prima utilizada na produção de hidrogênio.

Marcelo Schmitt, gerente geral da Stolthaven Santos, disse: “Estamos felizes e motivados em fazer esta parceria com o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, que apoia nossa estratégia de longo prazo de investir em logística sustentável da cadeia de suprimentos. A Stolthaven Santos está comprometida em apoiar a transição energética global, deixando de depender de combustíveis fósseis para fontes de energia mais verdes. Nossa experiência na operação de terminais de última geração, juntamente com nosso compromisso de sustentabilidade e valores compartilhados com nossos parceiros, tornam esta oportunidade muito empolgante”.

“Estamos muito satisfeitos com a assinatura deste memorando de entendimento com a Stolthaven, empresa de reconhecida expertise não só no Brasil, mas no mundo. Nossas equipes, de Pecém e Stolt, já estão trabalhando em estudos técnicos que nos permitirão avançar na viabilidade de implantação do projeto na área do terminal portuário de Pecém”, completou Danilo Serpa, CEO do Complexo do Pecém.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/03/2022



MERCOSHIP MARÍTIMA LTDA

MERCOSHIP DISPONIBILIZA O INFORMATIVO TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 037/2022
Página 45 de 45
Data: 17/03/2022
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping (www.mercoshipping.com.br).

Fonte : InforMS
Data : 20/04/2006